

FLORESTAN FERNANDES

## Circuito Fechado

*Quatro ensaios sobre o "poder institucional"*

SEGUNDA EDIÇÃO



SÃO PAULO, 1977

## CAPÍTULO 1

### A SOCIEDADE ESCRAVISTA NO BRASIL \*

O Brasil conheceu, em sua história colonial e independente, várias formas de escravidão, as quais se associaram à escravização de raças diferentes, com caracteres étnicos e culturais distintos, e a formações sócio-econômicas escravistas diversas. Em quase quatro séculos, em que a escravidão se constituiu e se refez em conexão com as determinações diretas e indiretas dos vários "ciclos econômicos", não foi só a história que se alterou. Com ela se alteraram as relações de produção, a estratificação da sociedade e a articulação das raças contidas nos vários pólos da dominação escravista.

O propósito deste artigo não consiste em fazer um levantamento global sistemático de todas essas diferenciações, ocorridas, de modo simultâneo, no espaço, ou de modo sucessivo, no tempo. Lembramos em primeiro lugar as diferenciações para que se tenha em mente que não nos entregamos a uma simplificação grosseira e para deixar claro que elas aparecem como o ponto de partida de qualquer reflexão sociológica sobre o assunto. Contudo, o nosso objetivo central é outro. Propomo-nos a esboçar uma espécie de síntese, que procura por em relevo os elementos estruturais e dinâmicos invariantes, os quais tornaram esse conjunto de diferenciações possível e, mesmo, necessário. Portanto, vamos nos concentrar naquilo que, na reconstrução e na explicação da realidade, Marx entendia como os "pontos de chegada". Infelizmente, os resultados prévios da pesquisa histórica, econômica e sociológica não nos permitem trabalhar à vontade com as *totalidades* que nos

\* Ensaio escrito para o simpósio sobre "Perspectivas comparadas sobre a escravidão nas sociedades de plantação do Novo Mundo", realizado em Nova Iorque, de 24 a 27 de maio de 1976, sob os auspícios da New York Academy of Sciences.



interessam, que se encadeiam às “grandes transformações históricas”, mas não são, apenas, “*produtos da história*”, pois também contam como “*as suas causas*”.

A reflexão sociológica, concebida dessa maneira, converte-se numa espécie de “história interpretativa de longa duração”. Não vamos nos penitenciar por isso. A tradição especulativa, que leva a uma condenação da história, não nasce da sociologia clássica, mas de influências filosóficas que, as principais correntes da sociologia clássica já haviam superado, nos quadros intelectuais de sua formação e consolidação. Tampouco concordamos com os que pensam que a reflexão sociológica, concentrada em realidades históricas de longa duração, não leva a nada ou desemboca em uma história metafísica, “sem fatos”. Numa época em que a sociologia diferencial (ou histórica) se reconstitui e recolhe o que há de melhor nas diretrizes ontológicas, metodológicas e teóricas da análise dialética, esse nos parece, ao contrário, o melhor caminho para estabelecer os “conhecimentos precisos”, que devem estar na raiz de qualquer estudo comparado na investigação sociológica.

É pacífico que não se pode progredir muito, em qualquer campo de estudos comparados nas ciências sociais, antes que se introduza um máximo de clarificação analítica, ao mesmo tempo conceitual e teórica, na reconstrução, na descrição e na interpretação das realidades que se pretendam comparar. Em um artigo tão pequeno como este não podíamos alimentar muitas pretensões. Porém, temos plena consciência de que tentamos abrir uma perspectiva correta e frutífera, especialmente quando se tem em mira a localização do Brasil escravista neste simpósio sobre o estudo comparado das sociedades de plantação no Novo Mundo.

#### *A produção escravista e sua evolução*

Se excetuarmos algumas contribuições (e muitas delas devidas às peculiaridades dos Estados Unidos), os estudiosos da escravidão têm encarado suas relações com o capitalismo da perspectiva das sociedades metropolitanas. Na verdade, como conexão imediata da escravidão, o capitalismo se desenvolveu lá — e, em particular, não nas sociedades metropolitanas em geral, mas naquelas que podiam preencher hegemonia através do poderio político-militar e financeiro-comercial. É preciso fazer uma rotação nessa perspectiva. O que aconteceu dentro da colônia e no reben-to tardio, que vem a ser a eclosão modernizadora do capitalismo nas sociedades de origem colonial?

Essa pergunta é importante, quando se tem em vista os países da América Latina e, entre eles, o Brasil em particular. As economias exportadoras de “gêneros coloniais ou de produtos tropicais” não só nasceram profundamente especializadas: essa especialização foi imposta pelas antigas metrópoles e, embora mantida pelo mercado mundial depois da emancipação nacional, nunca deixou de ser uma especialização colonial propriamente dita. Daí temos um paradoxo: a emancipação nacional condiciona e se alimenta da preservação de estruturas e dinâmismos coloniais, que não poderiam ser destruídos sem criar impossibilidades quer para a eclosão modernizadora, quer para a expansão inicial de um mercado especificamente moderno e do capitalismo comercial que ele implicava, quer para a consolidação de uma economia urbano-comercial capitalista nas cidades e sua irradiação para o campo. As pressões para manter formas de produção e estruturas coloniais vinham, pois, simultaneamente, “a partir de dentro” (dos grupos dominantes na economia e na sociedade) e “a partir de fora” (da expansão dos países industriais e dos dinâmismos do mercado mundial). No conjunto, a colonização formava, aí, a realidade-matriz, profunda e duradoura; a descolonização surgia, com frequência, como uma realidade recente, oscilante e superficial, incapaz de gerar, por si própria, as forças de autodestruição do “mundo colonial” persistente ou de autopropulsão do “desenvolvimento capitalista moderno” incipiente. Portanto, atrás de uma aparente ebulição capitalista, deparamos com estruturas coloniais que se fixam no mundo capitalista emergente, através de amálgamas e composições que irão revelar duração secular ou semi-secular, o que as converte no “outro lado necessário” do capitalismo da periferia da Europa da revolução burguesa e do nascente capitalismo industrial.

No cenário da América Latina, o Brasil é um “caso ideal” para o estudo das conexões da escravidão com o desenvolvimento interno do capitalismo. Devido à importância e à universalidade da escravidão, ela alcançou uma influência construtiva homogeneizadora, que nem sempre possuiu em outras partes, e por ela tiveram de passar os momentos iniciais de constituição de um mercado interno não-colonial, ou seja, ela se insere, com relativa rapidez, entre os pré-requisitos tanto da eclosão capitalista modernizadora, quanto da formação, consolidação e diferenciação do capitalismo comercial. Na etapa de crise final da produção escravista-colonial, dela irrompe também a negação do regime escravocrata e senhorial, se não através da atuação revolucionária das massas escravas, que não chegou a ocorrer como “fator típico” das transformações históricas, pelas cisões, rupturas e con-



vulsões que converteram o abolicionismo numa "revolução do branco para o branco" (ou seja, em uma irrupção revolucionária "dentro da ordem", que leva a descolonização à estrutura e aos dinamismos do mundo que o português criou, ou seja, da ordem escravocrata e senhorial).

Tudo isso tem sido negligenciado, por uma razão bem simples. Ao contrário do que ocorreu nos Estados Unidos, aqui não se poderia opor regiões contrastantes em termos de formas de produção e de estruturas sociais ou de poder; e, de outro lado, os ritmos evolutivos foram descontínuos e muito lentos. Perdeu-se de vista, assim, o que a escravidão, que aparecia de modo visível como o principal esteio de perpetuação de tudo que era colonial e senhorial, representava para a emergência, a consolidação e a irradiação do que era capitalista e moderno. As conexões estruturais e dinâmicas, muitas delas institucionais, que surgiam nesta esfera, ocorriam ao longo de um gradiente diacrônico: não eram, portanto, visíveis de maneira direta ou saliente. O que se pode descobrir comparando dois estilos de vida coexistentes, nos Estados Unidos, no caso brasileiro só se percebe com nitidez estabelecendo-se as seqüências de uma evolução histórica de ritmos oscilantes, em ziguezagues, e de sentido ambíguo. Contudo, nem por isso a realidade é menos imperativa. O desaparecimento tardio da escravidão acaba por convertê-la em um dos fatores da "acumulação originária" na cena histórica brasileira. Não se trata, pura e simplesmente, de constatar que a escravidão desaparece e é enterrada com "a crise do regime escravocrata e senhorial". Ela alimentou essa crise, inclusive no plano construtivo, já que sem a persistência da escravidão e a transferência do excedente econômico que ela gerava para as cidades (segundo ritmos históricos lentos) a "história ocorrida" seria inexequível. Não advogamos, com isso, que se ponha a imigração e outros fatores em um segundo plano. Mas, apenas, que não se conte a história tão depressa e tão por cima a ponto de deixar-se na penumbra a verdadeira camada primária desse "mundo moderno" de raízes tão arcaicas.

Se se adota este amplo ponto de vista descritivo e interpretativo, podem-se estabelecer dois tipos de confronto. O primeiro, apanhando as fases sócio-econômicas da evolução do sistema de produção e de dominação econômica. Têm-se, aí, três períodos ou fases mais ou menos bem delimitados historicamente<sup>1</sup>. (1.º) a era colonial, que se caracteriza pelo controle direto da Coroa

1. Para melhor entendimento dessa caracterização, veja-se, do autor: *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, p. 13 e segs., e, esp., *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 6.

e pelos efeitos do antigo sistema colonial na organização do espaço ecológico, econômico e social; (2.º) a era de transição neo-colonial, que vai, grosso modo, do início do século XIX, com a chegada da família imperial, a abertura dos portos e a Independência, até a sexta década do século XIX, a qual é caracterizada pela eclosão institucional da modernização capitalista e a formação de um "setor novo da economia", ambas girando em torno da constituição e irradiação de um mercado especificamente capitalista, implantado nas cidades com funções comerciais dominantes (em consequência de suas conexões com o mercado mundial e por começarem a funcionar como centros de concentração dos negócios ou de movimentação do excedente econômico retido internamente); (3.º) a era de emergência e expansão de um capitalismo dependente, nascido do crescimento e consolidação do "setor novo da economia", que primeiro se configura como uma economia urbano-comercial com funções satelizadoras em relação ao campo e, em seguida, se reorganiza, transfigura e redefine como uma economia urbano-industrial, com funções integrativas de escala nacional e tendências de dominação metropolitana, era esta que vai da sexta década do século XIX aos nossos dias. O segundo confronto permite considerar as fases da evolução do sistema social de poder. Têm-se, aí, o largo período colonial e as duas eras da emancipação nacional, a primeira delimitada pela reintegração da ordem escravocrata e senhorial no Império e, a última, pela emergência e consolidação de uma ordem social competitiva. Ou seja, uma era em que a continuidade da ordem escravocrata e senhorial convertia o Estado nacional em um Estado senhorial e, portanto, escravista; e outra era na qual a expansão da ordem social competitiva dá à luz um Estado burguês propriamente dito, através de um prolongado e conturbado parto histórico. A evolução ocorrida indica que foi preciso mais de meio século para que a descolonização atingisse, por fim, todas as estruturas de poder das classes dominantes e a organização do Estado nacional.

De acordo com uma ou outra dessas perspectivas, o funcionamento e o rendimento da escravidão são vistos como contraparte de um contexto histórico-estrutural regulador e determinante. Se se constrói o contexto histórico-estrutural a partir do sistema de produção e de dominação econômica, o que ganha saliência são as funções econômicas da escravidão, que variam

2. Essa caracterização foi explorada sinteticamente pelo autor em *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, p. 111 e segs. Alguns aspectos centrais do solapamento da ordem escravocrata e senhorial pelo elemento competitivo são descritos em *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 4.



ao longo da evolução apontada. Se se constrói o contexto histórico-estrutural a partir do sistema social de poder (e, portanto de dominação política), o que ganha saliência são as funções sociais da escravidão, que variam menos mas, ainda assim, também sofrem transformações ao longo da evolução apontada. Em um tratamento analítico exaustivo, a primeira modalidade de reconstrução teria de passar da base econômica para as estruturas sociais de poder (ou "as superestruturas do sistema"), para que o quadro ficasse completo. E reciprocamente, a segunda modalidade de reconstrução teria de abranger, forçosamente, as determinações e as implicações da base econômica sobre o sistema social de poder e de dominação política. A nossa exploração de ambas as perspectivas será naturalmente limitada pelo alcance deste artigo (a primeira, com um pouco mais de extensão, nesta parte; a segunda, muito parcialmente, na parte subsequente). Os materiais empíricos e a principal bibliografia de referência, que fundamentam essa excursão analítica, encontram-se em obras já publicadas<sup>3</sup>.

Em termos da apropriação do homem pela violência, a "escravidão moderna" apresenta muitos pontos de contato e de semelhança com a "escravidão antiga". No entanto, a escravidão moderna é, em sua essência, uma *escravidão mercantil*: não só o escravo constitui uma mercadoria, é a principal mercadoria de uma vasta rede de negócios (que vai da captura e do tráfico, ao mercado de escravos e à forma de trabalho), a qual conta, durante muito tempo, como um dos nervos ou a mola mestra da acumulação do capital mercantil. De outro lado, embora o senhor comprasse o escravo, o que ele queria era a *energia humana*, não como simples variedade ou equivalente da "energia animal em geral", porém como uma modalidade de energia que podia ser concentrada e utilizada intensivamente, através da organização social do trabalho escravo, como se o organismo humano fosse uma máquina. O inconveniente de que essa máquina não só se desgastava mas também perecia durante o processo de produção apenas intensificava o circuito da circulação, tornando tal rede de negócios uma inexaurível mina de ouro.

Além das duas conexões fundamentais da escravidão com o capitalismo no período colonial, não se indo de dentro para

3. Conforme R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e negros em São Paulo*, caps. 1 e 2, *passim*; e F. Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, esp. vol. 1, cap. 1. Quanto à interpretação das transformações da produção escravista e da transição para a *plantatção tropical moderna*, ver *A revolução burguesa no Brasil*, p. 103 e segs.; e *O negro no mundo dos brancos*, p. 142 e segs.

fora, mas ficando-se no eixo colonial do crescimento interno da economia. Ao nível do "mercado das peças" a Colônia estava institucionalmente incorporada ao espaço econômico da Metrópole e, também, dos centros econômicos a que esta se subordinava. Nesse plano, portanto, a plantação e a mineração (com outras formas subsidiárias de produção) faziam parte, de fato, de uma "periferia". Por definição, uma colônia de exploração não pode ser, em sentido estrito, uma periferia. A exclusão do espaço econômico metropolitano representa, aliás, um dos requisitos para que a colônia de exploração possa funcionar com eficácia e com um mínimo de atritos. O inverso pode ocorrer (mas não é necessário que ocorra, pelo menos nos estágios de implantação) com uma colônia de povoamento. A instituição do trabalho escravo sublinha bem a extensão e a profundidade em que se dava a exclusão. No entanto, a articulação entre a Colônia e a Metrópole se estabelecia na "rede de negócios" imposta pela organização do comércio do escravo, em larga escala, o que impunha aparelhar a Colônia de meios institucionais para dar vazão regular ao fluxo de compra e venda de escravos. Isso implicava uma diferenciação do mercado colonial, pondo-o a funcionar, nesse nível, como extensão e em condições similares ao mercado metropolitano (embora com uma flutuação do elemento especulativo que emanava do caráter colonial do mercado, das práticas de extorsão que ele comportava e da escassez cíclica daquela *mercadoria*, produto dos azares do negócio ou das incertezas do mercado colonial).

Ao mesmo tempo, através do caráter mercantil da escravidão, o capital mercantil penetrava as formas de produção pré-capitalista a que ela se associava. É por essa razão que Marx sublinha que a plantação, nos Estados Unidos, nada tinha de patriarcal. Como parte de uma economia patriarcal, embora possa ocorrer a exploração econômica do escravo, este não conta como mercadoria e como fonte de uma "indústria". Mesmo que utilizasse escravos nativos, o senhor tinha de penetrar no circuito do capital mercantil. Com o "tráfico africano" e a universalização do trabalho escravo de origem africana, essa conexão se torna mais ampla e profunda. Assim como tinha de participar do circuito comercial para negociar seus produtos, o senhor precisava incorporar-se a esse circuito para comprar (ou vender) escravos. Apesar do grosso dessas atividades envolverem operações de crédito e pagamentos em espécie, elas eram estimadas em termos monetários e requeriam um envolvimento da plantação e da mineração (bem como das formas de produção subsidiárias) no âmbito do circuito do capital mercantil. Quando menos, o senhor con-



vertia-se em um agente deste capital e o seu excedente — que era um excedente produzido pelo trabalho escravo, de modo direto (quando o senhor explorava suas unidades de produção) ou de modo indireto (quando o senhor se beneficiava da produção alheia, também operada por escravos) — correspondia à parte que lhe ficava no complexo rateio da apropriação colonial, graças ao fato de ele possuir e explorar o trabalho escravo. Portanto, a conexão do senhor com o capital mercantil se dava em dois pontos relativamente débeis, o da negociação dos produtos e o da negociação dos escravos, que o expunham à ganância dos agentes diretos desse capital e o tornavam, gostasse ou não, um “parceiro menor” na repartição e no desfrute do butim colonial<sup>4</sup>. Contudo, por causa mesmo desses dois pontos, o senhor fazia parte do “mundo de negócios” colonial-metropolitano e a própria escravidão constituía o suporte material dos papéis econômicos daí resultantes, graças aos quais ele tinha acesso regular e institucionalizado à acumulação de capital mercantil (pouco importando o resultado final do processo: entesouramento; imobilização do excedente econômico sob a forma de escravos e/ou de novas unidades de produção; troca de mercadorias; remessa de mercadorias ou de créditos para a metrópole; investimento no tráfico, no contrabando, em transações comerciais e na aquisição de propriedades na metrópole ou em operações financeiras visando os transportes e o comércio com outras colônias; aquisições de títulos de nobilitação ou participação de empreendimentos da Coroa etc.). A vasta maioria dos senhores e dos colonos não podia ir tão longe, condenando-se a uma inclusão marginal nessas manifestações do capitalismo comercial, pouco consistente e vitalizado pelas estruturas e dinamismos da economia colonial propriamente dita.

Portanto, a questão do que é uma “periferia” na constelação econômica de uma colônia de exploração vem a ser algo deveras importante. Nem a Metrópole nem as nações que detinham a hegemonia do comércio e das finanças no mercado mundial tinham interesse ou estavam empenhadas em imprimir à produção e ao mercado coloniais do Brasil um padrão de organização e de crescimento análogo ao que tinha vigência institucionalizada na Europa. Na verdade, esse padrão só se aplicava ao Brasil colonial de

4. Em alguns casos excepcionais, essa debilidade não era tão forte ou podia ser compensada pelo recurso simultâneo a várias formas de apropriação colonial e, em consequência, de acumulação de capital mercantil pelo senhor. Boxer, em *A idade de ouro do Brasil*, aponta alguns desses casos e concentra-se em um deles, que permite ilustrar de modo quase limite o que era necessário para que isso ocorresse (veja-se *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola. 1602-1686, passim*).

modo muito restrito, rígido e segmentado — e por uma razão muito clara: para dar vazão às fases das operações mercantis que tinham de se desenrolar aqui, através de agentes ou de prepostos da economia metropolitana e sob seu controle direto. Essas fases de operações não eram muitas nem alcançavam notável diferenciação, pois sob esse aspecto as conexões eram muito similares a de um entreposto de grande porte. Portanto, era possível dar viabilidade, eficácia e continuidade a tais fases de operações, que precisavam ser transplantadas e pelo menos parcial ou segmentariamente *ativadas a partir de dentro da economia colonial*; sem criar-se o risco de que elas engendrassem um crescimento econômico que transcendesse os limites da produção e do mercado coloniais (suscitando processos *extra e anticoloniais* ao nível econômico). Os autores que recorrem à tese de que a política econômica colonial da Coroa evoluiu insensivelmente da “colônia de exploração” para a “colônia de povoamento” cometem um terrível equívoco. A transplantação de núcleos imigrantes portugueses (e por vezes de elementos de outra nacionalidade) não se prendia ao fato de engendrar, aqui, uma extensão demográfica, econômica, sócio-cultural e política da sociedade metropolitana. Nem a lavoura nem a mineração nem os tipos de produção subsidiária que se desenvolveram através delas, acarretaram esse desfecho. O *povoamento* resultava da necessidade de produzir o butim. Este não existia pronto e acabado. Para colhê-lo era preciso produzi-lo. E se o caráter das orientações da Colônia se alterou, isso não decorreu de uma política deliberada e aplicada com certo afincamento. Mas da lenta reação da população da sociedade colonial, que descobriu que o antigo sistema colonial não reproduzia nem levava a outra coisa senão ao próprio sistema colonial.

Por aí se vê como se põe (e como se deve interpretar sociologicamente) o problema da conexão do capitalismo comercial com a escravidão colonial e mercantil. Esta dava suporte material a fortes fluxos do capitalismo comercial na Europa (naturalmente, os que se articulavam à “exploração colonial”) e a alguns dinamismos comerciais que eles tinham de infiltrar na estrutura e no funcionamento do “sistema colonial”. Todavia, os setores privilegiados da economia e da sociedade coloniais não tinham como tirar proveito e expandir esses “efeitos de infiltração”. Eles não viviam em um meio econômico como o europeu: o sistema de produção e o mercado da Colônia não os arrastavam para a voragem da revolução econômica desencadeada pelo capitalismo comercial na Europa. Suas funções especificamente econômicas começavam e terminavam dentro de uma faixa estreita e estática, delimitada pela produção e pela reprodução do sistema econô-



Printed in  
Australia

Ad. Valb.  
C. C. C. C.

Factor?

~~For Jan~~





econômicas da natureza mercantil da escravidão moderna, também se deu pouca importância ao fato de que a apropriação escravista não passava de uma das facetas da apropriação colonial. Entre o senhor e o escravo havia uma relação econômica, embora ela não fosse capitalista (a menos que se queira caracterizar toda aplicação de capital como *capitalista* e se esqueça que a produção capitalista exige o aparecimento de uma categoria histórica, que se chama "mais valia relativa" em termos marxistas). O escravo era propriedade do senhor e também contava como a quase totalidade do seu fundo de capital. E o senhor tinha a ilusão de que se apropriava de modo direto e imediato tanto do produto do trabalho escravo, quanto do excedente econômico gerado pelos colonos independentes ou dependentes, que lhe estivessem submetidos, em suas unidades de produção. Contudo, a escravidão colonial e mercantil não fora erigida para ser um "negócio privado" no sentido estrito e preciso do capitalismo industrial. Ela devia produzir e reproduzir um butim, a ser compartilhado pelo senhor, pela Coroa e seus funcionários, pelos negociantes metropolitanos e ultrametrropolitanos. Esse butim, no plano em que se dava a partilha colonial dos frutos da pilhagem, perdia qualquer ligação com as suas origens. Aí, nem a produção escravista nem a propriedade do senhor contavam para qualquer efeito. O que importava eram as "mercadorias" e as "riquezas" que entravam, através desse singular rateio — provavelmente o mais odioso tipo de pilhagem da história humana — na circulação engendrada pelo capital mercantil. É deste patamar que se desvenda o que era a escravidão colonial e mercantil como uma totalidade, bem como quais eram seus laços com um capitalismo comercial de pilhagem, com as irradiações que ele estabelecia na direção da economia colonial e no seio da economia metropolitana, das economias comerciais hegemônicas e do mercado mundial.

Na evolução subsequente — na era de transição neocolonial e no período da era de formação do capitalismo dependente durante o qual o trabalho escravo continuou a existir — a escravidão manteve o seu caráter mercantil. Por isso, todas as ligações estruturais e dinâmicas apontadas acima não desapareceram, mas se consolidaram, seja a partir de dentro, seja de fora para dentro ou de dentro para fora. No entanto, nunca se entenderá convenientemente certos processos econômicos que afetaram a organização da economia colonial, em sua base escravista, e a modificação da relação dinâmica da escravidão com a acumulação de capital mercantil no Brasil, se se ignoram certos *efeitos de encadeamento* do fim da mineração e, em particular, o que a crise do antigo sistema colonial representou para a operação da escravidão mercantil como

fator construtivo das transformações econômicas. A investigação histórica, econômica e sociológica tem dado maior atenção a aspectos ou efeitos que se relacionam com o eixo de gravitação da crise do próprio trabalho escravo, que iria enfrentar as pressões inglesas, quanto à supressão do tráfico, ou as pressões internas das leis emancipacionistas, que dominam historicamente as tendências gerais de um longo período, que poderia ser descrito como "o período de crise final da instituição". De outro lado, como ocorria no horizonte intelectual dos senhores e dos negociantes, ao que parece os cientistas sociais também perfilharam a idéia de que o trabalho escravo constituía um "fato natural" e *tão natural* que descrevem as últimas transformações da economia colonial e os principais processos da constituição da lavoura do café e de sua irradiação econômica interna como se a escravidão mercantil se perdesse nas fimbrias dos "fatores naturais da produção". Contudo, até o fim, apesar de incorporar-se ao capital fixo, o trabalho escravo sempre foi um *fator humano* e mesmo depois que a imigração já contava como o eixo histórico da evolução do sistema de trabalho, o que só ocorre na década de oitenta, ele representou a base material da revolução histórica que se dá na economia interna.

Não nos é possível fazer uma exposição sistemática de todos os fatos que consideramos de significação histórica explicativa. Vamos arrolar, tratando em conjunto as duas eras (mas deixando claro o que ainda era típico da era colonial ou o que se prende especificamente a cada uma das outras duas eras mencionadas) como a escravidão mercantil funciona, de um lado, como a base material da revitalização da grande lavoura e de perpetuação das estruturas de produção coloniais, e, de outro, como o fator *sine qua non* o capital mercantil não se concentraria nem cresceria nas cidades, o que quer dizer que, sem o trabalho escravo, não teríamos a forma de revolução urbano-comercial que é típica da evolução da economia brasileira ao longo do século XIX. Se essa revolução culmina no fim da década desse século e atinge o seu apogeu sob o trabalho livre, isso não significa outra coisa se não que a diferenciação alcançada sob o trabalho escravo pela economia interna exigia outra forma de trabalho — e não que, sem a escravidão mercantil, o capitalismo comercial teria crescido sobre seus próprios pés nas zonas urbanas e imposto à grande lavoura um novo padrão de organização e de crescimento econômicos <sup>6</sup>. A

6. Aliás, até ao nível da produção o trabalho escravo podia criar espaço econômico para o trabalho livre (cf. A. von der Straten — Ponthoz, *Le budget du Brésil*, vol. III, pp. 112-113 e, esp., 117-118). Isso quer dizer que a relação geral, apontada por O. Ianni (*Ensaio sobre escravidão e capitalismo*), segundo a qual o aparecimento do operário deitava uma de suas raízes na existência do escravo pode ser generalizada e aplicada aos



nossa história tem sido contada de uma perspectiva branca e senhorial; por isso, ela deixa o escravo, como agente humano e econômico, na penumbra, e quando não se lembra pura e simplesmente de condenar a escravidão, descreve os processos econômicos de uma perspectiva tão abstrata, que prescinde de um dos elos da "ação econômica" e da "produção agrícola", que até a penúltima década do século XIX foi o trabalho escravo.

A economia de plantação colonial-escravista articulou, entre si, várias formas de produção subsidiárias e várias regiões da Colônia. Em muitas dessas formas de produção, o trabalho escravo encontrava uma utilização meramente seletiva ou segmentar. Mas, isso não é importante. O que possui importância é que essa irradiação da economia de plantação explica a generalização precoce da escravidão mercantil na economia colonial, com o branco refugando o "trabalho mecânico" pela existência do escravo e as oportunidades das "fronteiras abertas". Contudo, foi o ciclo de mineração que produziu os efeitos de encadeamento que, de um lado, suscitaram uma expansão da economia de plantação "para o sul" e, de outro, puseram o escravo no âmago de "uma revolução econômica dentro da ordem". A mineração e a exploração diamantífera incorporaram uma vasta área do território colonial aos setores produtivos da Colônia, provocando o aparecimento e a expansão de formas de troca, de produção de mantimentos e de circulação de riquezas que só foram conhecidas anteriormente, na América Latina, no México e no Peru. Apesar da curta duração desse período, os seus efeitos de longa duração foram consideráveis. A Coroa com seus funcionários não puderam impedir várias modalidades de retenção do ouro (e em escala menor mesmo dos diamantes) pelos operadores diretos ou pelos agentes econômicos que controlavam tais atividades. Por isso, ao terminar o episódio, havia muita "gente rica", pelo entesouramento encoberto, pela posse de escravos, e como resultado das trocas comerciais. À retração progressiva e à aniquilação de formas subsidiárias de produção e do comércio, segue-se um processo quase simultâneo, em algumas regiões, ou relativamente lento, em outras, pelo qual o dinamismo da economia colonial se revela em toda a plenitude — e isso pela primeira vez! Gente originária de Minas, do Rio de Janeiro, do Nordeste, do Norte e de São Paulo aparece em vários empreendimentos que iriam modificar a paisagem da antiga zona estagnada ou subdesenvolvida da economia colonial. O açúcar e

países da periferia. No Brasil, por exemplo, os fundos para custear a imigração nasceram do excedente econômico gerado pela escravidão mercantil, quer eles proviessem da iniciativa privada (como na experiência da fazenda Ibicaba), quer do Estado senhorial e escravista.

especialmente o café estão na base dessa expansão, que iria se consolidar e amadurecer como o *ciclo do café*. Para se ver a função desempenhada pela escravidão mercantil nesse complexo processo, é preciso deter-se na área onde a transição foi mais morosa e difícil<sup>7</sup>. No oeste paulista, pessoas que se ocupavam na mineração ou no comércio de alimentos e de muare, viam-se com uma riqueza imobilizada, na forma de escravaria, que não podia ser negociada (por causa do estado geral da economia da Colônia na época) e que não encontrava utilização reprodutiva nos quadros da economia de subsistência da região. Inicia-se, então, uma cadeia de experiências sucessivas, pelas quais esses senhores tentaram descobrir um "gênero colonial" que pudessem explorar e exportar. Por fim, fixaram-se no café e lograram escapar ao círculo vicioso com que se defrontaram. Esse exemplo é característico. Como indica com razão Caio Prado Júnior, a economia de plantação escravista tinha de crescer em sentido horizontal. Os efeitos de encadeamento que consideramos mostra como se deu o que poderíamos chamar de "incorporação de novas fronteiras" à economia de plantação colonial. A riqueza entesourada sob a forma de ouro ou de diamantes não estava condenada a perecer. O mesmo não sucedia com a escravaria. Portanto, quer nas áreas de desenvolvimento lento, quer nas áreas de desenvolvimento rápido, a escravidão mercantil estava por trás de uma modificação tão substancial dos quadros históricos da economia colonial. Indo-se ao fundo da análise, o que se descobre não é apenas que a escravidão mercantil produzia e reproduzia a si própria. Ela também promovia a sua extensão e generalização, pois estas condições estavam na própria raiz da produção e da reprodução do trabalho escravo pelo escravo.

Esse processo achava-se em pleno florescimento quando se dá a transplantação da família real para o Brasil, ocorre a abertura dos portos e os episódios que levariam à Independência. O que significa que a fase neocolonial, apesar de coincidir com o desenrolar do processo dominante da emancipação nacional, cria um contexto histórico próprio, no qual o fato mais saliente é a vitalidade em crescendo da economia de plantação. Essa vitalidade não só provinha da escravidão mercantil: ela só poderia manter-se e aumentar pela perpetuação e fortalecimento da escravidão mercantil. As camadas senhoriais e os círculos dos negociantes urbanos não precisavam "buscar alternativas econômicas novas". O seu problema central consistia em como dar continuidade ao tráfico africano e adaptar o uso da força de trabalho escravo às condições

7. Cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Branco e negro em São Paulo*, p. 34 e segs.; F. Fernandes, *O negro no mundo dos brancos*, pp. 143-144.



que se criavam com esse deslocamento de fronteiras da economia de plantação. Em consequência, os seus interesses levam diretamente a uma política ultraconservadora, pela qual, ao nível econômico, o essencial consistia em manter a produção escravista como a base material do sistema. Ou seja, a escravidão mercantil seria o fulcro da continuidade da ordem senhorial e escravocrata. Em torno dela e através dela as estruturas econômicas e sociais da economia de plantação ficariam intactas: o Estado-nação em emergência teria de constituir-se sobre essa base material, que fazia da escravidão mercantil a fonte da viabilidade econômica e política das novas estruturas sociais e políticas, que iriam surgir nas cidades, nas relações dos estamentos senhoriais dominantes entre si e com os outros setores da sociedade e na "comunidade nacional" em elaboração.

Não obstante, com a emancipação nacional começa a surgir um novo contexto histórico estrutural, que irá consolidar-se gradualmente, mas que, desde o início, modifica a relação da escravidão mercantil com a economia e com a sociedade. Os pontos centrais de tal transformação são dois: 1.º as consequências econômicas do desaparecimento da apropriação colonial; 2.º o significado da escravidão mercantil para o desenvolvimento do "setor novo da economia", ou seja, da economia urbano-comercial.

Pelo que vimos, com a emancipação nacional, a economia colonial não entra em colapso. Para que isso acontecesse, de imediato ou posteriormente, seria necessário que os escravos, os libertos e os vários setores da população pobre livre estivessem envolvidos, em massa, no processo de descolonização. O que entra em crise, portanto, é a parte política do antigo sistema colonial, que prendia e subordinava a Colônia à dominação colonial metropolitana. O resto desse sistema apenas se redefine, com a monopolização das funções administrativas, legais e políticas da Coroa pela aristocracia agrária e os estamentos de que esta dependia para controlar o Estado senhorial e escravista. Entretanto, no conjunto tal transformação constituía uma revolução política de profundas consequências econômicas. A questão principal é óbvia. Essa revolução eliminava o controle direto e a mediação econômica da metrópole: o que quer dizer, ela acabava com aquilo que os setores dominantes da economia interna viam como "o esbulho colonial". Desaparecia a superposição da apropriação colonial sobre a apropriação escravista. A apropriação do produto do trabalho escravo convertia-se numa relação econômica específica, determinada a partir de dentro e regulada pelos interesses coletivos da aristocracia agrária. Isso não impedia que o excedente econômico, gerado pela produção escravista, entrasse no sorvedouro do mer-

cado mundial em condições muito desvantajosas. Contudo, a Coroa, os seus funcionários e os interesses do comércio metropolitano — que nunca puderam impedir que isto sucedesse — deixavam de absorver alíquotas desse excedente, em grande parte abocanhado pelos próprios senhores. De outro lado, com o controle do Estado, estes podiam montar a sua política econômica, ou seja, uma política de autodefesa dos interesses escravocratas e de fortalecimento do setor escravista da emergente economia nacional. Portanto, se a supressão do nexa colonial não se refletiu na condição do escravo nem afetou a natureza da escravidão mercantil, ela alterou a situação econômica do senhor, que deixou de sofrer o peso da "espoliação colonial" e passou a contar, por conseguinte, com todas as vantagens da "espoliação escravista" que não fossem absorvidas indiretamente, pelos mecanismos secularizados do comércio internacional. Muitos dos "efeitos" que são atribuídos indiscriminadamente às consequências indiretas e remotas do ciclo de mineração e de exploração diamantífera lançam aqui suas raízes. A escravidão mercantil se desvencilha da "cadeia colonial" e o único beneficiário dessa rotação histórica é o setor senhorial. A expansão da economia de plantação através do café iria mostrar a magnitude das diferenças e o que representa economicamente, para o senhor, "dispor livremente" do produto do trabalho escravo.

Ao mesmo tempo, as "influências construtivas" diretas e indiretas da escravidão sobre o desenvolvimento econômico deixavam de escoar-se para fora. Embora o mercado mundial atravessasse por essa ponte, as estruturas escravistas da produção deixavam de ser um esteio quase exclusivo de "desenvolvimento para fora", isto é, para a Metrópole e os centros econômicos que controlavam a economia metropolitana. Como os interesses comerciais e financeiros dos senhores se concentraram nas cidades e a partir das cidades também se organizaram os "negócios de exportação", a escravidão mercantil passou a ser a base material última do crescimento do capital mercantil dentro do país. Aí, é preciso que se leve em conta dois processos concomitantes, mas distintos. Um deles, tem importância excepcional apenas até os meados do século XIX, em que a supressão do tráfico se torna uma realidade, embora o comércio com o escravo continuasse a ser alimentado a partir das migrações internas. A questão é clara: a emancipação fez com que o Brasil também participasse do circuito do "mercado triangular". Ainda que se escoasse para fora uma boa parte dos lucros produzidos pelo tráfico, a partir da abertura dos portos, do Vice-Reinado e da Independência uma boa parte da riqueza que tinha essa origem ficou em "praças brasileiras". O aparecimento de um mercado especificamente moderno favoreceu essa in-



ternalização dos "negócios negreiros" e o impacto que eles tinham sobre a acumulação de capital mercantil, *agora dentro do país*. O outro processo se relaciona com a diferenciação dos papéis econômicos dos senhores, seu engolfamento na vida econômica das cidades e da expansão relativa da escravidão urbana. De um lado, o excedente econômico gerado pela produção escravista, na parte em que ele ficava no Brasil e ia alimentar o crescimento do "setor novo da economia", dinamizava e dava maiores proporções à expansão interna do capitalismo comercial. De outro, a escravidão mercantil, como fonte do uso do trabalho escravo ou da pessoa do escravo dentro da vida urbana, ganhava maiores proporções, embora ela nunca alcançasse, nesse nível, importância análoga a que teve em algumas cidades norte-americanas. Aparentemente, apenas o Rio de Janeiro, por abrigar a Corte e satelizar, durante muito tempo, uma vasta hinterlândia agrícola, converteu essa fonte em algo digno de consideração. De qualquer maneira, na fase neocolonial se estabelece um novo engate entre a escravidão mercantil e a acumulação originária. Certas funções que a escravidão desempenhou para o desenvolvimento capitalista da Europa apareceram aqui e determinaram os rumos, a intensidade e os frutos do florescimento do capitalismo comercial como realidade histórica interna.

A medida em que isso sucedia, os senhores se viram apanhados de modo mais profundo pela conexão capitalista de seu status. Duas evoluções merecem ser evocadas. A primeira, tão bem descrita por S. J. Stein. Embora mantendo seu enquadramento econômico, sócio-cultural e político senhorial, houve fazendeiros de café que procuraram "modernizar tecnologicamente" a produção escravista. Com isso, pretendiam lutar contra a deterioração das terras e a baixa produtividade. No fundo, queriam salvar a condição senhorial da ruína econômica. Contudo, aumentaram ainda mais o seu fundo de capital fixo, ficando à mercê dos especuladores, acelerando e aprofundando a gravidade da crise que pretendiam evitar. Outra, e esta deveras importante para os estudiosos da escravidão moderna, foi apontada por Sérgio Buarque de Holanda e o autor deste trabalho. Os fazendeiros de café do Oeste paulista procuraram reduzir o uso do trabalho escravo em fins não produtivos. O principal elemento dessa evolução aparece na separação entre *domus* e plantação. A escravaria doméstica se reduz e gradualmente substituída, enquanto o capataz assume encargos de gerência mais amplos. Vivendo na cidade, o fazendeiro passava alguns períodos, com a família, na sede da fazenda: mas a família senhorial vê seriamente reduzida ou eliminada a periferia de escravos e semilivres domésticos. Tal evolução não afeta nem a estrutura nem a natureza da escravidão mercantil. Contudo, erige um

área de especialização virtual compulsória do trabalho escravo e elimina vários fatores de desperdício, intrínsecos ao padrão tradicional de produção escravista. Se ela não tem maior importância analítica, pelo menos indica que a moderna plantação sob trabalho livre já começa a constituir-se sob a vigência da escravidão. O único elemento paternalista que existia antes, que consistia no fato da casa grande ou da sede se implantar socialmente, como *unidade existencial*, no seio da plantação, está em vias de desaparecer antes da crise final do escravismo.

Por fim, para concluir este levantamento: qual é a relação da escravidão com o desenvolvimento capitalista interno na fase inicial do capitalismo dependente no Brasil (e que é a fase de formação do capitalismo competitivo)? Temos, entre a década de 60 e a data da Abolição, quase três decênios. Trata-se de um período curto e que foi, de fato, a era de "crise final irreversível da escravidão". Os autores mais atilados, no estudo desse período, inclusive os que descreviam o processo *de visu*, como Couty, são unânimes em ressaltar como a escravidão se erigia em uma barreira intransponível. Ou ela ou o capitalismo. Isso não deixava de ser verdadeiro. Nem por isso, porém, tal verdade excluía outra realidade: chegara-se ali através e graças à escravidão mercantil. O que nos repõe na trilha do pensamento hegeliano: ao desaparecer, em sua crise de morte, a escravidão deixava de produzir-se a si própria para produzir o seu contrário, para gerar uma "vida nova". A própria expansão da economia urbano-comercial engendrava novos elos ou aprofundava os elos antigos entre a escravidão mercantil e o desenvolvimento capitalista dentro do país. Agora, desdobra-se diante do observador o circuito total. O que aparece, à primeira vista, como "o excedente econômico produzido pelo café" — e que é, ainda, em larga medida, o excedente econômico resultante do trabalho escravo — está na raiz de todo processo econômico de alguma importância. Nessa época, a acumulação originária sofre um desdobramento, pois a imigração suscita uma evolução nova, de largo prazo. Não obstante, será dos meados da década de 80 em diante que este fator irá prevalecer e determinar os ritmos históricos vinculados ao trabalho livre e à sua exploração. Isso esclarece a nossa pergunta. Nesse período de três décadas não há apenas uma repetição do passado, com o fortalecimento de certas tendências que já foram esclarecidas. O contexto histórico-estrutural apresenta condições que permitem mudar a qualidade das relações da economia urbano-comercial com uma escravidão em extinção. O grau de internalização institucionalizada de complexas funções comerciais e financeiras é suficiente para garantir um aproveitamento mais amplo e, mesmo, revolucionário do capital mer-



cantil acumulado através da produção escravista. O que faz com que ele ajude a financiar, juntamente com capital mercantil captado no Exterior, um vasto processo de criação de infra-estrutura econômica, de crescimento da grande lavoura, de modernização urbana, de diferenciação econômica no sentido da industrialização e, até, de imigração, expansão da pequena propriedade ou do trabalho livre etc. Nas convulsões finais, portanto, a escravidão mercantil exercia influências construtivas que não preencheria antes, nem no período colonial nem no período de transição neocolonial, pela simples razão que antes não existia um meio capitalista consolidado, capaz de ampliar e de aproveitar seus efeitos multiplicadores. Sob um capitalismo comercial plenamente constituído e quase maduro, não se tratava mais de provocar certos deslanches. Mas, de pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da revolução burguesa<sup>8</sup>.

#### *A ordem social da sociedade escravocrata e senhorial*

A análise da sociedade escravocrata e senhorial esbarra em muitas dificuldades. Assim como se negligenciou a busca de conceitos e de categorias históricas adequados à compreensão, descrição e interpretação da escravidão mercantil, também se tem negligenciado a procura de uma maior precisão no uso de conceitos e categorias históricas apropriados à compreensão, descrição e interpretação da sociedade escravocrata e senhorial, que se montou, desde o período colonial, sobre a base material da produção escravista. Suscitaram-se falsos debates, resultantes de uma distorção mecanicista do determinismo econômico ou da explicação dialética, como a tentativa de restabelecer a "sociedade feudal" sobre a escravidão mercantil. Ou proscreveram-se conceitos, como o de casta e de estamento, essenciais para a explicação de sociedades estratificadas nas quais a desigualdade econômica, social e política não se vincula ao capital industrial (e, portanto, à institucionalização do trabalho livre e da mais valia relativa). Aqueles conceitos encontram largo uso entre os especialistas da Sociologia Histórica e da Sociologia Comparada — e mesmo os criadores

8. O negro, como escravo, liberto ou homem livre e semilivre, este excluído, na qualidade de agente histórico, do desencadeamento da revolução burguesa; o mesmo não acontecia com a escravidão, que foi um dos eixos em torno no qual se processou a acumulação do capital mercantil. Por isso, a protagonização histórica do processo ficou nas mãos do fazendeiro e do imigrante (cf. F. Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, cap. III). Para um alargamento da descrição histórica do período: C. Prado, *História econômica do Brasil*, caps. 16-20; e S. Buarque de Holanda, *Raízes do Brasil*, cap. VII.

do marxismo, Marx e Engels, os utilizam quando pretendem introduzir um máximo de saturação histórica no manejo de categorias gerais. Ao se evitar o emprego simultâneo de conceitos e categorias históricas como "casta", "estamento" e "classe" perde-se, portanto, aquilo que seria a *diferença específica* na evolução da estratificação social no Brasil. Por fim, a investigação empírica não se aprofundou tanto a ponto de forçar uma melhor exploração das teorias existentes sobre as sociedades estratificadas e, em particular, para suscitar um quadro teórico integrativo, capaz de *render conta* da complexa situação brasileira. Temos procurado evitar todos esses empecilhos, mas é muito árduo e limitado o esforço de autores isolados ou de grupos de investigadores demasiado pequenos. Sob esse aspecto, o paralelo com o avanço da investigação dos tipos de sociedades estratificadas na Europa merece ser lembrado, pois ele põe em primeiro plano que é essencial a colaboração crítica de gerações sucessivas de investigadores. O esboço que faremos a seguir constitui um ponto de chegada que precisa, ainda, ser explorado de modo mais amplo e crítico pelos que vierem a lidar, mais tarde, com os mesmos problemas com melhores perspectivas e maior base empírica. Trata-se de um "conhecimento aproximado" muito imperfeito, que só tem um mérito inquestionável: o de colocar a discussão desses problemas dentro de um ponto de vista rigorosamente sociológico.

As linhas gerais da evolução da estratificação social são as mesmas que as da produção escravista. Do mesmo modo que a escravidão mercantil alcançou o seu apogeu depois da desagregação do Império colonial, o sistema social que se monta sobre a produção escravista vai atingir o seu máximo de eficácia e sua maturidade histórica depois da emancipação nacional. A escravidão mercantil serve de lastro a esse giro histórico: ao restringir os limites e os ritmos da descolonização, ela condiciona não só a persistência das estruturas sociais da Colônia, como também determina que elas alcancem, pela primeira vez, todas as potencialidades sócio-dinâmicas que elas continham e não podiam emergir nem expandir-se sob o Império colonial. O que quer dizer que, com base na escravidão mercantil, o "antigo sistema colonial" deu origem a uma complexa ordem societária que transcendia a si própria e exigia, para alcançar a sua plenitude histórica, a "liberdade do senhor" e a desagregação da dominação metropolitana.

O esquema básico da sociedade estamental e de castas do período colonial repousa numa construção muito simples. Os portugueses transplantaram, para cá, a ordem social que tinha vigência em Portugal na época dos Descobrimentos e da Conquista. O que quer dizer que ocorreu uma formidável tentativa deliberada de



preservação e de adaptação de todo um corpo de instituições e de padrões organizatórios-chaves, com vistas à criação de um “*no-vo Portugal*” (expressão empregada pelo padre Cardim com referência a São Vicente) que deveria emergir das condições sociais de vida de uma colônia de exploração. Todavia, os trópicos, a abundância de terras e o propósito colonial de pilhagem sistemática, combinados às reduzidas potencialidades demográficas do colonizador, introduziram interferências que não puderam ser eliminadas ou superadas dentro de uma estratificação estamental. O recurso para vencer esse obstáculo consistiu numa superposição: a ordem estamental tinha validade para os brancos, na sua grande maioria portugueses; os outros, no início as populações nativas, gravitavam fora dessa ordem e logo foram convertidos em “aliados” e “submetidos”, todos com *status* virtual ou real de “escravos de fato”. Na medida em que a coleta de pau-brasil e as feitorias cederam lugar à luta com os indígenas pela posse e controle das terras e pela força de trabalho indígena, essa escravidão de fato foi rapidamente formalizada e institucionalizada. Dada a abundância de povoações indígenas “inimigas”, a mercantilização desse tipo de escravidão econômica (pois o que estava em jogo era o uso sistemático da força de trabalho indígena *ad libitum* dos colonizadores) não se impôs como um imperativo imediato. Contudo, mesmo sob o regime de feitorias a compra e venda de escravos indígenas podia ocorrer amplamente. Com as donatárias, as transformações subseqüentes do esforço de colonização e a fundação ou expansão de povoações, o crescimento da grande lavoura e da produção do açúcar generalizaram a mercantilização do escravo indígena e provocaram sua institucionalização. Portanto, a transplantação dos escravos africanos em bases comerciais apenas aprofundou um arranjo global, no qual a estratificação inter-racial e interétnica modificara profundamente o modelo original português de ordem societária.

A sociedade, no seu todo, compunha-se de um núcleo central formado pela “raça branca” dominante, e pelos conglomerados de escravos índios, negros ou mestiços. Entre esses dois extremos, situava-se uma *população livre* de posição ambígua, predominantemente mestiça de brancos e indígenas, que se identificava com o segmento dominante em termos de lealdade e de solidariedade, mas que nem sempre se incluía na ordem estamental. Onde o crescimento da economia colonial foi mais intenso, esse setor crescia largamente marginalizado, protegendo-se sob a lavoura de subsistência mas condenando-se a condições permanentes de anômia social. Onde o conjunto da população branca e mestiça tinha de se dedicar à lavoura de subsistência, complementando-a com

formas de produção subsidiárias da grande lavoura ou com a criação de índios, a consanguinidade garantia uma solidariedade de parentesco pela qual pelo menos uma parte desses segmentos de “homens livres” se incorporava à ordem estamental. De qualquer modo, com as populações indígenas “aliadas”, essa *população livre pobre* representava uma espécie de “argamassa paramilitar”, usada como um aríete na defesa das povoações, na penetração dos territórios desconhecidos e na conquista de novas fronteiras. Quaisquer que sejam os problemas descritivos suscitados por esse amplo setor oscilante, o núcleo central (acrescido ou não de parcelas da população livre pobre) abrangia os vários estamentos em que se dividia socialmente a “raça dominante”. Os escravos indígenas, africanos e mestiços formavam, em relação a esse núcleo estamental, uma subordem de castas. Com o tempo, os libertos ganharam o *status* legal que lhes conferia condição estamental. No entanto, para efeitos práticos eles eram tratados como se pertencessem à subordem de castas. Por fim, um código rígido regulava o tratamento recíproco dos membros dos vários estamentos entre si e, mesmo, das “questões de hierarquia” envolvidas no tratamento recíproco de membros do estamento dominante (esse código abrangia outras especificações, relativas ao vestuário, uso de armas, de jóias e emblemas, comportamento em público, certos direitos e deveres etc., que não vem ao caso ventilar aqui). Com o tempo, ele se diluiu, incorporando-se aos usos e costumes (ou seja, convencionalizando-se) e passou a fazer parte, no que restou sob essa forma, das expectativas de tratamento e de comportamento tradicionais dos estamentos aristocráticos.

Está fora de propósito que façamos, aqui, uma descrição exaustiva dessa sociedade. Todavia, em vista do objeto central deste seminário, conviria dar pelo menos alguma atenção às questões que entrelaçam a economia de plantação com essa dupla ordem de estamentos e de castas. Entre essas questões, selecionamos quatro, que parecem ser as mais importantes de um ângulo que combine história e teoria: 1.º as funções do *patrimonialismo* nas relações da Coroa com os vassallos e, por consequência, no processo de colonização; 2.º os efeitos da escravidão sobre a eficácia e a flexibilidade da ordem estamental; 3.º a variedade de formas de dominação que eram coordenadas e unificadas através da superposição de estamentos e de castas dentro de uma mesma ordem societária compósita; 4.º as inconsistências institucionais intrínsecas à escravidão mercantil ou resultantes da escravização segundo o princípio do direito romano *partus sequitur ventrem* e como elas podiam se converter, não obstante, em “funções úteis” naquela ordem societária compósita.



Quanto ao primeiro tópico, se tomarmos como ponto de referência teórica as conclusões de M. Weber em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, o Império colonial português da época dos Descobrimentos, da expansão marítima e da Conquista organizava-se como um complexo Estado patrimonial. A concentração de poder e de riqueza nas mãos do soberano representava a contraparte da associação deste com a nobreza, o clero e os "homens de fortuna", do país e do Exterior, em uma grande empresa militar, econômica, política e religiosa comum. Essa relação não se constituía como fruto da expansão colonial; ela se formara anteriormente, por motivos que não vêm ao caso lembrar aqui, e foi posta à prova, ampliada e aprofundada através da expansão colonial. Duas coisas nos interessam nessa relação. Primeiro, o que a associação representa como uma forma de divisão de riscos e de solidariedade político-legal e econômica. Uma Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, procurava apoio nos vassalos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do Estado patrimonial. Esse aspecto é deveras importante. Sem essa associação não haveria nem Império colonial português nem economia de plantação no Brasil. Por isso, o "colonizador" ou o "colono" sempre um vassalo, um agente da Coroa, e arca, por sua conta e risco, embora com alguns privilégios ou vantagens e, por vezes, com algum suporte oficial, com a construção do Império na Colônia. Ele é o outro lado do Estado patrimonial, o que simplifica a tarefa da construção do Império, de sua defesa militar e do seu crescimento econômico. Os que só viram o lado frágil dessa relação negligenciaram porque ela surgiu e o que ela significou em termos da criação de um imenso sistema colonial. Segundo, convém que não se deixe na penumbra qual era a função da referida associação nos quadros do emergente mundo colonial. Uma colônia de povoamento coloca problemas especiais na expropriação e apropriação de terras, pois os espaços vazios eliminam a disposição de "trabalhar para os outros" à meação, a pagamento etc. O que diz de uma colônia de exploração? E o que dizer de uma colônia de exploração no Brasil, com suas fronteiras abertas e sua disponibilidade de terras? No caso, a relação patrimonial permitia condicionar a transferência da ordem estamental existente em Portugal às concessões de sesmarias, demarcavam as estruturas de poder que não podiam nem deviam ser destruídas, como condição histórica para manter a estratificação estamental que servia de base social à existência e ao fortalecimento do Estado patrimonial. Portanto, as doações da Coroa (ou feitas em seu nome) traduziam uma política de concentração social da propriedade da terra.

política não criou apenas o latifúndio. Ela excluiu, *ab initio*, a massa da população livre, pertencente ou não à ordem estamental, da posse da terra e, por aí, do controle do poder local e do direito de ter vínculos diretos com o Estado. Em si mesma, a terra não era uma riqueza e iria demorar algum tempo para que ela assumisse esse significado (mesmo como conexão do capital mercantil). Mas erigia-se na base material da transferência e da perpetuação de uma arraigada estrutura de privilégios e da própria dominação patrimonialista.

O segundo tópico leva-nos à dimensão esquecida do mundo colonial brasileiro. Se foi a propriedade da terra — e não a escravidão, que constituía o eixo econômico do antigo sistema colonial — que condicionou a persistência e o fortalecimento do patrimonialismo, quais foram, então, as conseqüências da introdução da escravidão na ordem estamental transplantada? Na verdade, a escravidão esvaziara a ordem estamental portuguesa de muitas de suas funções econômicas e sociais. Todavia, o empreendimento colonial, especialmente sob um tipo de colônia de exploração que requeria uma variada retaguarda demográfica, impunha de algum modo a reprodução social da sociedade metropolitana. Aí voltamos ao problema da periferia. A economia de plantação exigia dois desenvolvimentos paralelos. De um lado, uma comunidade local, que não abrangia somente "senhores" e "escravos". Havia os colonos que detinham, através de doações subestabelecidas pelo senhor, posse de lotes de terra e alguma escravaria (de vinte, trinta ou quarenta peças). Havia também os colonos dependentes, que trabalhavam sob meação e em outras condições, com a colaboração de um número menor de escravos. Por fim, havia "oficiais mecânicos" e outros tipos de gente, sem os quais a supervisão do trabalho escravo, o funcionamento do engenho e o transporte da matéria-prima seriam impraticáveis. Tudo isso significa que o substrato humano da economia de plantação era heterogêneo e que a força de trabalho escravo não existia no vácuo, mas em um mundo social no qual a presença do branco era imperativa em várias posições estratégicas. De outro lado, a economia de plantação exigia algo mais que uma feitoria comercial-militar. Era preciso criar, para essa massa de gente branca diferenciada e para o escoamento da produção, certos povoados com um mínimo de funções urbanas, político-administrativas, militares e religiosas. Desses povoados nasceram as vilas e as cidades do mundo colonial: eles cresceram em função da economia de plantação e do circuito comercial da Metrópole com a Colônia (bem como de outros circuitos, que surgiram dentro da Colônia ou através do contrabando). Os dois desenvolvimentos paralelos conduziam ao mesmo resulta-



do. A base demográfica branca do sistema colonial como um todo tinha de estratificar-se segundo critérios estamentais, isto é, como uma "extensão da mãe pátria", ou então destruiria os fundamentos da dominação patrimonialista e do Estado patrimonial. Tudo isso é curioso, porque muitos analistas ressaltam o "caráter anárquico" e "democrático" da sociedade colonial. No entanto, se esses atributos fossem reais, a colônia de exploração geraria, por uma evolução espontânea e incontida, uma colônia de povoamento em condições de lutar por sua autonomia. O que nos obriga a pôr a escravidão nesse contexto, para verificar o que ela acarretava no plano do funcionamento e da reprodução da ordem societária estamental. Em poucas palavras, ela provocava o seu empobrecimento e o seu enrigecimento. Os artesãos e oficiais mecânicos, por exemplo, tornavam-se artesãos e oficiais mecânicos *titulares*. Eles não transferiam para os escravos todas as suas obrigações. Porém, somente saturavam os interstícios em que o seu trabalho "especializado" era insubstituível. Em suma, a escravidão irradiou-se por toda a ordem estamental: todo os estamentos, dos nobres e dos homens bons aos oficiais mecânicos viam nos escravos "os seus pés e as suas mãos". O que nos interessam são os dinamismos que deixam de aparecer ou que são sufocados. Os que não são nem escravos nem libertos adotam, de uma forma ou de outra, a ótica senhorial. A apatia do "povo miúdo", que prevalecia na Metrópole, reproduzia-se numa escala ampliada, através de um conformismo sociopático, que não provinha do "espaço cósmico" nem da pulverização do microcosmo social (supostamente fomentada pela economia de plantação). Ela era um efeito da superposição de estamentos e de castas que convertia o estamento dominante em árbitro da situação e estimulava os demais estamentos e os estratos socialmente oscilantes a se converterem em caixa de ressonância dos interesses senhoriais.

O terceiro tópico é o único que despertou largo interesse entre os investigadores brasileiros e por isso encontrou maior esclarecimento empírico e teórico. No entanto, é forçoso reconhecer que os conhecimentos obtidos são unilaterais (pensamos principalmente nas contribuições mais significativas de Oliveira Viana, Gilberto Freire, Nestor Duarte e Fernando de Azevedo) e essa unilateralidade nasce da redução do macrocosmo social inerente à ordem estamental e de castas ao microcosmo social inerente à plantação ou ao engenho e à fazenda. Para uma análise sociológica que se volta para as totalidades, a economia de plantação faz parte de um contexto histórico estrutural inclusivo e determinante; o problema central não consiste em explicar uma ou outro, mas ambos. Portanto, temos de considerar a economia de plantação em dois

níveis simultâneos e interdependentes: todo um complexo de relações comunitárias e societárias que a articulava a várias estruturas econômicas, sociais e de poder, ou seja, a várias formas de dominação. De um lado, havia a comunidade local que abrangia duas unidades distintas — o *domus* ou o *lar senhorial*; e a *senzala* ou o *confinamento dos escravos* — e ambas existiam em um espaço social mais amplo na localidade, dentro do qual viviam todos os agregados de gente branca ou mestiça e, com frequência, uma ou mais povoações e vilas circunvizinhas. De outro lado, havia o macrocosmo social, com o qual, em regra, só o senhor, a família senhorial e alguns dos colonos brancos tinham uma relação funcional frequente e com o qual, ao nível do "regime de governo colonial", exclusivamente o senhor ou seus prepostos tinham vínculos permanentes legítimos. Esse macrocosmo vinha a ser a cidade que funcionasse como entreposto comercial e núcleo das instituições religiosas, jurídicas, administrativas e políticas — e o mundo que se atingia através dela e dos seus canais institucionais, inclusive a Metrópole e a Coroa. Ao se enumerar todos esses modos de relação deparamos com várias formas de dominação (entre iguais ou com subordinados da mesma posição social e de posição social inferior, do *pater familias* e do *dominus*, ou do vassalo preso nas malhas do poder colonial como correia de transmissão das "necessidades" e da "vontade" da Coroa). Em termos de poder, a essa variação corresponde o "poder doméstico", o "poder senhorial", no sentido de um poder específico sobre o escravo e de poder em geral sobre os "homens comuns" brancos ou mestiços, o "poder da aristocracia", no plano mais abstrato, dos que irradiavam, através da dominação tradicional e da dominação patrimonialista, as funções paternalistas, burocráticas e políticas dos que tinham o direito de comandar, em nome próprio e através de delegações locais do "poder do povo" ou em nome das autoridades administrativas coloniais e da Coroa.

Quando se reduz tudo isso ao *poder patriarcal*, inerente ao *pater familias* e ao *dominus*, comete-se a mesma simplificação e a mesma mistificação que se praticam ao reduzir a escravidão mercantil à "escravidão antiga". Não estamos diante do senhor de escravos grego ou romano nem do senhor feudal. Há, aqui, uma irreduzível complicação, que nos obriga a levar em conta vários elementos diversos e contraditórios na relação de dominação — o que é tradicional e patrimonialista, o que é patriarcal e paternalista, o que é burocrático e político, e o que nasce da relação do dono com a "coisa" quando essa coisa é um ser humano que se compra e a fonte de toda a força de trabalho fundamental. O próprio Max Weber, que distinguiu tão bem os vários tipos de



dominação, recomendou que se procurasse reter, nas situações concretas, as combinações históricas possíveis de todos esses elementos. Ora, essa regra de observação e de interpretação impõe que se apanhe a economia de plantação nos dois níveis de relações comunitárias e societárias. Em síntese, a superposição de estamentos de uma "raça" dominante e de castas de "raças" dominadas punha a ordem societária correspondente sobre um vulcão. A força bruta, em sua expressão mais selvagem, coexistia com a violência organizada institucionalmente e legitimada pelo "caráter sagrado" das tradições, da moral católica, do código legal e da "razão de Estado". O mítico *paraíso patriarcal* escondia, pois, um mundo sombrio, no qual todos eram oprimidos, embora muito poucos tivessem acesso, de uma maneira ou de outra, à condição de opressores. Aliás, a escravidão mercantil só poderia implantar-se e desenvolver-se em uma ordem societária dessa natureza, na qual se definia a figura legal do escravo, simultaneamente, como "um inimigo doméstico" e "um inimigo público". O ponto de apoio estrutural e dinâmico desse tirânico estilo de acomodação inter-étnica e inter-racial nascia de uma confluência e da conjugação de formas de repressão, de controle armado e de despotismo generalizado (forjadas e mantidas pela superposição de estamentos e castas), graças às quais uma rala minoria não só monopolizava socialmente todo o poder, como o aplicava ao seu bel-prazer. Essa monopolização permitia que, com relativa facilidade, as instituições-chaves pusessem nas mãos dessa minoria, em qualquer momento e em qualquer nível das relações comunitárias e societárias, os meios necessários para *defender a ordem*, impedindo qualquer evolução explosiva da "anarquia reinante", do "rancor do escravo" e dos possíveis "atropelos" da gente miúda branca e mestiça.

A escravidão mercantil pressupunha uma inconsistência institucional medular: o fundamento monetário da escravidão fazia com que "a liberdade do escravo" fosse, por sua vez, uma "questão de mercado". De outro lado, a superposição de estamentos e de castas em uma colônia de exploração onde existia permanente escassez de mulheres da "raça branca" e extensa liberdade sexual incitava à miscigenação em todos os sentidos possíveis<sup>9</sup>. Os filhos dessas uniões herdavam a posição das mães escravas e, qualquer que fosse a sua cor e sua relação de parentesco com o senhor, ele nascia escravo, sendo tratado e explorado como tal. Houve muita controvérsia a respeito das "funções integrativas e democratizadoras" da miscigenação. Graças a Antônio Cândido de

9. Cf. A. M. Perdigão Malheiros, *A escravidão no Brasil*, vol. I, p. 32.

10. A respeito dessa inconsistência medular, cf. R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e Negros em São Paulo*, pp. 82 e segs.

Melo e Sousa, porém, tornou-se mais fácil descobrir como a família patriarcal operava de fato. O acesso à posição de *dominus* só era possível aos que pertencessem ao núcleo legal dessa família. A ampla miscigenação, ocorrida em sua periferia (com referência à escravidão doméstica e até da senzala), nada tinha que ver com a estrutura da família senhorial, protegida pelos laços do casamento legal. Por isso, onde a miscigenação transcorresse dentro daquele núcleo, "pessoas de cor" (mesmo escuras) não só nasciam livres, como podiam ascender, eventualmente, à condição de *pater familias* e de *dominus*. Contudo, essa era uma possibilidade e, ao que se sabe, mais a "excessão" que a "regra", nos centros coloniais de maior vitalidade da economia de plantação. Os sociólogos costumam contar a frequência dos casos para depois generalizarem. Esse procedimento metódico foi invertido e se esqueceu, quase por completo, que a exceção é fundamental para o conhecimento analítico da regra (especialmente quando se pode estabelecer como "a exceção confirma a regra"). O estrato dominante da minoria branca estava por demais empenhado na defesa sistemática do monopólio da dominação racial e estamental — segundo uma estratégia de autoproteção contra a "mácula de sangue" e a "mácula de ofícios mecânicos", como o esclarecem Frei Vicente do Salvador e tantas outras fontes — para tolerar uma brecha no funcionamento da ordem escravocrata e senhorial. Não obstante, o caráter mercantil da escravidão e a miscigenação abriam dois focos de fissuras potenciais, que se aprofundaram com o tempo, introduzindo fortes tensões no padrão de equilíbrio racial e estamental da sociedade escravista. Por isso mesmo, apesar do catolicismo e do suposto efeito conciliador que lhe seria inerente, essas linhas de fissura caíam na esfera de consciência crítica dos estamentos senhoriais; e as ações ou relações sociais, que poderiam intensificá-las, estavam sujeitas a fortes controles externos. Em qualquer das duas direções a "fraqueza do senhor" submetia-se a um código tradicionalista severo, que inclusive legitimava a burla de "últimas vontades", expressas em testamento, especialmente se poderiam ser tidas como lesivas ou perigosas (ou pura e simplesmente demasiado lenientes). A crise da consciência cristã, portanto, se não impedia nem suavizava a escravidão mercantil tampouco protegia certos efeitos que deveriam ser "intocáveis" e "sagrados".

Aí temos uma complexa situação histórica. Apesar do caráter mercantil da escravidão, o acesso do escravo à liberdade acabava não sendo uma "questão puramente mercantil". Várias barreiras e pressões restringiam o processo de "liberação por compra". O que estava em jogo era a existência e a reprodução



do trabalho escravo, base material de toda a economia de plantação e da sociedade correspondente. O mesmo sucedia com a mudança do *status* do cativo por vontade ou intervenção do próprio pai (ou de alguém por ele nomeado). Se casos desta natureza se tornassem muito numerosos, além do trabalho escravo estariam ameaçados a dominação da "raça branca" e o próprio princípio da estratificação estamental. Por isso, às linhas de fratura da ordem escravocrata e senhorial correspondiam outras linhas igualmente fortes de sua defesa e fortalecimento. Nenhuma "ética cristã" e muito menos o duro *catolicismo colonial português*<sup>11</sup> poderiam transpor essa realidade histórica. Mas, em consequência, a ordem que se fechava para o escravo criava duas alternativas. Primeiro, como em outras economias e sociedades de plantação, as tensões do escravo desabrochavam de modo indireto (suicídio, infanticídio, sabotagem do trabalho, destruição da propriedade do senhor, roubos, crimes etc.) ou através das fugas, nem sempre bem sucedidas, apesar do aparecimento e difusão dos quilombos e da tradição que eles evocam da rebeldia do escravo. Segundo, a manipulação deliberada das fissuras em um "sentido útil". A liberação do escravo acabava sendo, muitas vezes, menos que uma demonstração de bondade e de piedade cristãs (embora, muitas vezes e em toda parte, isso tenha ocorrido com certa regularidade). Dois problemas práticos se abatiam sobre a ordem escravocrata e senhorial. Um, era de natureza estrutural. O povo colonizador não era suficientemente numeroso para transplantar para a Colônia todo o tipo de gente pobre e de oficiais mecânicos que ela requeria. Para saturar esse vazio inevitável, impunha-se uma espécie de bombeamento demográfico, pelo qual uma parte da população escrava era transposta para o *setor livre*, na condição de liberto. O outro, era de natureza conjuntural. Os momentos de crise do mercado mundial se refletiam negativamente sobre a expansão da produção e o custeio de manutenção da escravaria. O recurso mais empregado consistia em transferir o trabalho escravo da grande lavoura para lavoura de subsistência, como sugere Celso Furtado. Mas essa solução envolvia outras manipulações, entre as quais se salientam certas práticas bem conhecidas, como a manumissão dos escravos mais ou menos inaptos para o trabalho produtivo de qualquer espécie (escravos velhos, doentes, aleijados etc.). O que quer dizer que, nas duas direções, havia uma "racionalidade senhorial", que governava o fluxo das concessões sob o escravismo.

11. Apesar de que, como se sabe, foram os sacerdotes os principais críticos do terror organizado, inerente à escravidão, no Brasil colonial (veja-se, por exemplo, F. Mauro, *Nova história e Novo Mundo*, pp. 205-224).

Excetuados os casos de excessão, a regra era ditada pelo esforço de preservar a estabilidade da ordem senhorial e escravocrata, bem como de fortalecer o seu padrão de equilíbrio racial e estamental. O que estava em jogo era a defesa nua e crua do senhor e dos interesses senhoriais. E se alguma vez as autoridades coloniais ou a Coroa interferiam com o intuito de resguardar o escravo ou "os limites" da escravidão, o significado dessa interferência é patente: tratava-se de impedir que a transgressão da violência institucional média, pelos próprios senhores e por seus prepostos, se convertesse no fulcro de tensões raciais incontroláveis e de uma instabilidade que transcendesse o poder conjunto de autodefesa armada dos senhores, das autoridades coloniais e da Coroa.

Em todos os tipos de sociedades estratificadas — seja a sociedade de castas, a sociedade estamental, a sociedade de classes ou uma combinação delas — o padrão estrutural e dinâmico da ordem existente possui vigência universal. Isso não quer dizer que a vida social, ao plano comunitário ou ao nível societário, tenha a mesma intensidade em todos os pontos cobertos pela ordem social vigente. Do mesmo modo, os ritmos históricos de funcionamento, auto-reprodução e transformação da ordem social não se impõem com a mesma intensidade em toda a parte. No caso da ordem escravocrata e senhorial, engendrada pela economia colonial de plantação, o produto principal no ciclo econômico, o volume e a facilidade do seu escoamento para a metrópole e o mercado mundial é que determinavam as áreas internas onde o regime escravista e a sociedade estamental e de castas atingiam o seu máximo de saturação histórica. Não podemos dar a essa questão todo o interesse que ela merece. Não obstante, é essencial lembrar, pelo menos, dois de seus aspectos cruciais.

Primeiro, da implantação e desenvolvimento do antigo sistema colonial no Brasil à sua extinção político-legal, as regiões que imprimiram maior vitalidade ao crescimento da ordem escravocrata e senhorial foram, naturalmente, aquelas onde a produção de açúcar alcançou o seu apogeu ou aquelas nas quais a mineração e a exploração diamantífera serviram como eixo à oscilação da esfera dominante da produção escravista-colonial. É claro que as demais regiões se ordenavam, institucionalmente, pelos mesmos requisitos econômicos, militares, jurídico-administrativos, políticos e religiosos. O que significa que a ordem societária era a mesma e o mesmo, portanto, o relacionamento das "raças" e dos estamentos sociais. Apenas, nessas regiões predominavam formas de produção secundárias (como o cacau, o fumo, o algodão etc.) e formas subsidiárias de produção colonial (preação de índios, produção de charque e de peles, fazendas de criação etc.), cuja exten-



são e vitalidade estavam “voltadas para dentro” — o que fazia com que a base material da ordem societária reduzisse a proporção entre escravos africanos e indígenas ou modificasse a relação numérica entre a população escrava e a população livre. Esta sempre era minoritária mas nas áreas subdesenvolvidas da economia e da sociedade coloniais a minoria branca se tornava ainda mais rara e tinha de exercer as várias modalidades de dominação, apontadas acima, utilizando como ponto de apoio uma vasta retaguarda composta por elementos indígenas “aliados” ou “submetidos” e por elementos mestiços dependentes. Por isso, essas minorias tinham de aprofundar os ritmos históricos em outras direções, nem sempre “contidas pela ordem”, talando as populações nativas e levando o terror inerente à ordem escravocrata e senhorial aos limites mais extremos (não poupando sequer as ordens religiosas, como o demonstram os episódios das lutas contra os jesuítas, nem respeitando as tentativas da Coroa de conter “a violência senhorial”, que *poderia*, potencialmente, evoluir no sentido de alimentar processos especificamente anticoloniais). Nada disso levou a rupturas mais profundas nem impediu que a universalização da ordem escravocrata e senhorial atingisse mesmo os espaços onde era maior o “vazio histórico” em relação aos requisitos econômicos, demográficos, sociais e políticos da ordem escravocrata e senhorial. Uma explicação superficial tenderia a levantar a hipótese de uma supercompensação psicológica, como um “efeito de demonstração” possível em um mundo no qual quem não tivesse *dom* comprovável acabaria suspeito de “mácula de sangue” e de “condição mecânica” (ou, se fosse mestiço, poderia ser tomado como escravo ou liberto). Não se pode excluir o valor de semelhantes hipóteses. Contudo, é evidente que elas apanham a órbita secundária das relações humanas. A explicação fundamental, de uma perspectiva macrossociológica, está na própria organização e viabilidade da economia e da sociedade coloniais. A associação entre o vassalo, como colono, e a Coroa, diretamente e através das funções imediatas das autoridades coloniais, era o elemento básico do sistema. Sem essa associação, da qual vinha como decorrência a própria ordem escravocrata e senhorial, sobre a qual se assentava tanto a “possibilidade”, quanto o “futuro” da colônia de exploração, tudo se tornaria inviável. Portanto, os efeitos de compensação entram em conta numa linha secundária de interpretação dos fatos. E eles ajudam a entender como, em condições de extrema pobreza ou de dificuldades inconcebíveis, o que aparecia era um zelo mais extremo pela “limpeza de sangue” e pelos “atributos de fidalguia”, uma lealdade exaltada à Coroa e hipócrita à religião católica, bem como

uma saturação dos vazios históricos pela ação direta dos próprios colonos, que se tornavam, assim, “as mãos e os pés” do antigo sistema colonial.

Segundo, é preciso pelo menos dar alguma atenção ao problema histórico do que poderia e deveria ser uma ordem escravocrata e senhorial no seio de uma colônia de exploração do Império lusitano. A evolução das estruturas de poder, em Portugal, tendia a reduzir as prerrogativas da alta nobreza, embora isso ocorresse de maneira oscilante. Na medida em que se fortalecia um Estado patrimonial e absolutista, os vários estratos da alta e da média nobreza — e mesmo alguns estratos dos pequenos fidalgos de “dom antigo” ou nobilitados pelos serviços prestados ao Império — tendiam a gravitar em torno do séquito do soberano ou das oportunidades militares, econômicas, burocráticas e políticas abertas pela administração estatal. Algumas famílias nobres mais ricas e poderosas demoraram para sentir os efeitos dessa evolução ou tiveram oportunidades para remontar os ventos adversos. Contudo, em média, as oscilações não impediam que o fortalecimento de um Estado patrimonial absolutista, que crescera demais para os recursos financeiros de que dispunha ou poderia mobilizar, repercutisse de modo negativo sobre a situação e as aspirações dos estamentos nobres. Essa tendência tinha, forçosamente, de refletir-se na parte colonial do Império e com maior intensidade no Brasil. De um lado, porque, à exceção de alguns nobres que vieram para cá como mandatários ou altos funcionários da Coroa, a gente de *dom* que se transplantou para o Brasil era predominantemente de terceira ou segunda grandeza. Os poucos que poderiam, a partir da situação colonial, resistir com eficácia às tendências montantes à centralização do poder estatal estavam destinados a circular pelo vasto Império ou pretendiam voltar para Portugal tão depressa quanto fosse possível. De outro lado, a base econômica, social e política da aristocracia colonial — ou seja, do “rebento crioulo” da nobreza lusitana — não conferia aos estamentos senhoriais o poder para contra-arrestar qualquer tendência que prejudicasse os estamentos nobres metropolitanos. Ao contrário, a chamada aristocracia colonial era, em si mesma, um grave problema político dentro do Império. Muito mais que à aristocracia metropolitana, a Coroa tinha, quisesse ou não, de anular as potencialidades da aristocracia colonial, impedindo-a de constituir uma comunidade de interesses e de alvos políticos capaz de unificar-se em um sentido especificamente estamental. Uma evolução dessa natureza poderia culminar na criação de um Estado dentro do Estado, ou seja, em processos de autonomização econômica e político-legal que a Coroa não teria meios para enfrentar e destruir.



A solução desse problema político foi, talvez, o traço mais fino da habilidade da Coroa e nela reside o segredo da longa duração do antigo sistema colonial no Brasil e da "transição pacífica" pelo tope, da fase colonial para a fase neocolonial, com uma emancipação política que transcorreu como uma autêntica "revolução dentro da ordem". É que, apesar de todas as tensões e conflitos, a Coroa soube manter a associação do colono com o Império numa escala tão ampla e íntima que ele nunca passou de um agente privado instrumental da "política imperial". O colono de *status* senhorial não só era o vassalo e o representante da Coroa na Colônia: ele era, simultaneamente, a base material visível e a mão armada invisível da existência do Império colonial. Sem essa ligação, o governo colonial português, com todas as suas instituições administrativas, militares, religiosas e políticas, entraria em colapso, pois teria de enfrentar um vácuo total. Como explicar essa ligação, aparentemente paradoxal e contraditória? A Coroa e os estamentos senhoriais eram o que hoje se poderia chamar de irmãos siameses. No Brasil, a construção da colônia de exploração e o seu progresso deveu-se a essa correlação, em grande parte fundada numa evolução interdependente, criada e fortalecida pelo patrimonialismo. Tanto a riqueza e o poder da Coroa quanto a riqueza e o poder do colono privilegiado cresciam do mesmo modo e na mesma direção, em termos de despotismo absolutista. Só que enquanto o poder da Coroa era canalizado por um Estado nacional patrimonialista, tendo por fundamento o Império colonial, o poder do colono privilegiado era canalizado pela colônia de exploração, tendo por fundamento o domínio patrimonialista com sua economia de plantação e o seu modo de produção escravista. Para que um pudesse crescer, o outro também tinha de crescer. Enquanto a colônia de exploração se desenvolvia em sentido horizontal, sem modificar suas estruturas e sem revolucionar os seus ritmos históricos, esse paralelismo não precisava ser destruído a partir do pólo colonial. De outro lado, enquanto se mantivesse tal paralelismo, a Coroa podia usar sua posição estratégica para preservar as coisas "nos devidos lugares", isto é, impedindo que o poder absolutista do senhor colonial transcendesse os focos de sua expansão natural, isto é, o domínio colonial e as instituições coloniais de caráter local, em que se congregavam e deliberavam os "homens bons". Fora desse circuito, o senhor colonial podia exercer pressões diretas ou indiretas sobre os vários níveis das autoridades coloniais e fazer petições à Coroa, diretamente ou por agentes desta (civis e religiosos). Trata-se de uma montagem política perfeita, que ainda hoje aparece como uma pequena obra-prima. Quisesse ou não, o senhor colonial era o "parceiro válido" da Coroa e,

em última instância, o verdadeiro sustentáculo do Império no Brasil. Ao movimentar as contradições inerentes ao antigo sistema colonial "dentro da ordem", ele favorecia, inevitavelmente, e fortalecia a Coroa. Por sua vez, a própria estrutura e as contradições inerentes à ordem escravocrata e senhorial paralizavam o senhor colonial em tudo que dissesse respeito às contradições do mesmo sistema que só pudessem ser enfrentadas e resolvidas "contra a ordem". A massa de escravos, de libertos e de mestiços pobres erguia o fantasma de uma rebelião geral, que poderia muito bem ter como estopim o "inimigo doméstico" que era, ao mesmo tempo, o "inimigo público". Em si mesmo, para os estamentos senhoriais (ou para a chamada aristocracia colonial) esse risco era muito mais temível e indesejável que o pleno funcionamento do antigo sistema colonial. O que quer dizer, em outras palavras, que o antigo sistema colonial português gerou o agente principal de que carecia, com uma mentalidade tão ultraconservadora e egoísta, que se tornava apto a pôr em primeiro plano e a satisfazer-se com os seus interesses mais estreitos e imediatos. Portanto, se a ordem estamental, em Portugal, caminhava em crescente atraso com referência à história da Europa da revolução capitalista, a ordem estamental e de castas, no Brasil, impunha-se os padrões e os ritmos de uma história colonial. Tudo porque o senhor não transcendia à Coroa, no plano histórico, e ao tornar-se escravo da produção escravista sucumbia à condição colonial.

Essa exposição das estruturas e dinamismos funcionais e históricos da antiga ordem escravocrata e senhorial pode parecer muito longa. Mas, é preciso levar em conta duas coisas: 1.º) aí está o período mais longo da análise, pois abrange o tempo percorrido pela formação da colônia de exploração e sua evolução até o limiar do último quartel do século XVIII; 2.º) essa ordem não se alterará em sua substância, posteriormente, em especial no período de transição neocolonial, em que ela atingirá sua plenitude histórica e desabrochará todas as suas potencialidades ao nível das relações comunitárias e societárias. A crise da ordem escravocrata e senhorial surgiu de baixo para cima, em termos estáticos, por causa do problema da renovação da escravaria e da reprodução do trabalho escravo. E foi agravada pelas pressões dinâmicas decorrentes da expansão do setor capitalista novo, que se irradiou das cidades para as zonas rurais, expondo os senhores a um novo circuito histórico, através do qual a base material da produção escravista e a própria reprodução do modo de produção escravista foram condenadas à extinção paulatina, embora se mantivessem as demais condições de sua riqueza e do seu poder (como o monopólio da terra, forte predomínio no controle das estruturas de poder polí-



tico, constante e crescente participação nas atividades econômicas nascidas do crescimento da economia urbano-comercial, despotismo social em todos os planos da organização das instituições-chaves, das comunidades locais ou da sociedade nacional etc.). Portanto, apogeu e crise aparecem como dados concomitantes. O senhor não sai dessas transformações como era antes. Porém, se ele aproveita, agora em estilo tradicional-patrimonialista e em estilo capitalista o momento de apogeu, ele não se converte em vítima da crise final dessa ordem. A vítima foi o "negro" como categoria social, isto é, o antigo agente do modo de produção escravista que, quer como escravo, quer como liberto, movimentara a engrenagem econômica da sociedade estamental e de castas. Para ele não houve "alternativa histórica". Ficou com a poeira da estrada, submergindo na economia de subsistência, com as oportunidades medíocres de *trabalho livre* das regiões mais ou menos estagnadas economicamente e nas grandes cidades em crescimento tumultuosos ou perdendo-se nos escombros de sua própria ruína, pois onde teve de competir com o trabalhador branco, especialmente o imigrante, viu-se refugado e repellido para os porões, os cortiços e a anomia social crônica.

Já contamos demais essa história, para repeti-la aqui, de novo, em todos os seus pormenores. Apenas para completar os quadros históricos desta exposição, conferindo-lhe um mínimo de unidade, vamos ressaltar alguns aspectos centrais da revitalização da ordem escravocrata e senhorial na fase de transição neocolonial bem como do complexo interdependente de causas e efeitos, os quais tornaram o modo de produção escravista inviável e, com isso, fizeram o que a emancipação nacional não conseguira, levar a descolonização às estruturas econômicas e sociais herdadas da "sociedade colonial" e mantidas na "sociedade imperial".

A descrição feita acima sugere, claramente, que a ordem escravocrata e senhorial, elaborada em uma colônia de exploração, não tinha como dinamizar por si mesma, mantidas as condições existentes, as suas contradições internas. Essas condições se alteraram, mais a partir de fora para dentro, que a partir de dentro, mas assim mesmo nas duas direções. O fim do último quartel do século XVIII e todo o primeiro quartel do século XIX formam uma época histórica de crise da consciência ultraconservadora do senhor colonial<sup>12</sup>. O desfecho do ciclo de mineração e de exploração diamantífera desencadeou vários processos concomitantes de mobilidade espacial e econômica, de deslocamento de fronteiras econô-

12. Para se avaliar, em profundidade, essa crise da consciência senhorial ultraconservadora, veja-se C. G. Mota, *Atitudes de inovação no Brasil: 1789-1801* e, principalmente, *Nordeste 1817*.

micas, com diferentes tentativas de substituir a lavoura de subsistência pela grande lavoura e de descobrir um novo eixo econômico para o modo de produção escravista. O principal elemento dessa eclosão histórica dentro do mundo colonial era político. O senhor colonial começava a desatar suas amarras com o regime colonial, ao mesmo tempo em que se propunha o problema de sua impotência econômica e de sua inviabilidade política em termos da organização do Império colonial. Por fim, o significado da *condição colonial*, que atravessava sua posição dominante na sociedade e a neutralizava prevalece, então, sobre as compensações que o regime podia oferecer. Ao mesmo tempo, essa transformação é apanhada pelas relações da Colônia com a Europa e sua posição dentro do Império colonial português. Em consequência da invasão de Portugal, a família real se refugia no Brasil e várias ocorrências mudam a vinculação do país com o mercado externo. De um lado, <sup>(12)</sup> ao converter o Rio de Janeiro em centro político da Corte, a Coroa conferia ao Brasil a condição — por passageira que fosse — de núcleo de irradiação do poder real e metropolitano. Isso equivalia em interiorizar o Império colonial sob nova condição: não mais a do antigo sistema colonial, mas das instituições necessárias à existência e eficácia do poder imperial. Se isso garantia para as camadas senhoriais a base política para uma "transição dentro da ordem", isto é, através da família real e do poder imperial, ao mesmo tempo significava que o "senhor colonial" iria pretender, daí por diante, ser apenas "senhor". De outro lado, ao abrir os portos e conceder à Inglaterra amplos privilégios econômicos, a Coroa inaugura um circuito histórico novo: a economia de plantação e o comércio interno ganhavam vínculos diretos com o mercado mundial. As funções econômicas da Metrópole teriam de ser, por sua vez, internalizadas, e isso representou a base material para uma profunda rotação econômica. <sup>(29)</sup> Pois é em torno dela que se iria dar a eclosão do capitalismo comercial moderno, através do seu mercado, de suas instituições básicas e do estilo de modernização econômica que ambos exigiam, no acanhado mundo urbano herdado da era colonial.

Todas essas transformações simultâneas e inter-relacionadas através do "tempo histórico europeu" continham o mesmo significado para a sobrevivência e o fortalecimento da ordem escravocrata e senhorial. Esta não foi condenada juntamente com o antigo sistema colonial. Ao contrário, o destino dos dois foi cuidadosamente separado, de acordo com os interesses em jogo inerentes às principais forças históricas. As camadas senhoriais tinham natural interesse em resguardar a base material de seu poder social e econômico, que era o monopólio da terra, a propriedade escrava e o



regime de plantação; a Coroa, em um momento tão dramático de derrocada, precisava ainda mais que os senhores proteger o que antes se chamara a "sua vaca de leite"; a Inglaterra e os outros centros dominantes do comércio internacional competiam duramente entre si pela partilha dos despojos coloniais de Portugal, mas tinham o mesmo interesse pela continuidade da produção de "gêneros coloniais" no Brasil e de sua exportação para o mercado europeu. No conjunto, pois, essa primeira etapa da transição neocolonial foi muito favorável à persistência da ordem escravocrata e senhorial como ela existia anteriormente e, o que é de deveras mais importante, de tal confluência de fatores resulta que essa ordem ganha maior elasticidade em dois níveis distintos. No plano puramente econômico, as funções centralizadoras da Metrópole entram em crise irremediável e começam a ser rapidamente absorvidas a partir de dentro, um processo que se iria consolidar e aprofundar com a emancipação nacional. Ao mesmo tempo, o arcaico e rígido mercado colonial interno começa a esboroar-se, e em seu lugar começa a aparecer um mercado capitalista especificamente moderno, que se desenvolverá aos poucos, de início nas cidades de maior porte, mas segundo ritmos intensos (em virtude dos novos vínculos com o mercado mundial e o controle do comércio de exportação e de importação predominantemente por firmas estrangeiras). Na evolução que vai até a segunda década do século XIX essas transformações podem parecer acanhadas. E de fato, elas o eram, pois é somente depois da Independência que todos esses processos atingirão seu clímax. Não obstante, elas retiravam a economia de plantação do eixo do antigo sistema colonial, transferindo-a para o eixo mais dinâmico do mercado mundial, e contribuíam para expor os papéis econômicos do senhor ou dos intermediários do comércio de exportação a influências mais diretas e especificamente capitalistas. No plano estritamente político, os efeitos da dinamização da ordem escravocrata e senhoriais são ainda mais consideráveis. Os estamentos senhoriais começam a ganhar existência própria, fora e acima do estreito palco fornecido pelo domínio patrimonialista e senhorial, do poder local e das pressões canalizadas institucionalmente de modo indireto sobre a Coroa. Eles não só começam a tomar consciência da comunidade de interesses econômicos, sociais e políticos numa linha integrativa estamental. Surgem as primeiras manifestações coletivas, embora regionais ou "concentradas no topo", através dos figurões do Governo, de um "querer coletivo" que iria articular-se de modo muito rápido. Tão rápido, que a Independência converteu-se numa transição senhorial: os senhores já tinham alcançado solidariedade política estamental suficiente para poderem impor a própria posição

social como fundamento dos processos de emancipação de Portugal e para conterem essa radical transformação nos limites de uma "revolução política dentro da ordem", ou seja, com a preservação do monopólio da terra, da propriedade do escravo e de todos os privilégios da aristocracia<sup>13</sup>.

O que se poderia designar como a "Idade de Ouro" da ordem escravocrata e senhorial vai da segunda etapa da fase de transição neocolonial (mais ou menos da Independência até a década de 60) ao início do último quartel do século XIX (portanto, uma fase em que a formação do capitalismo competitivo dependente já alargara as bases do comércio interno e já atingira a primeira irradiação importante da indústria de bens de consumo). Aqui, os problemas históricos da duração da ordem escravocrata e senhorial passam para segundo plano. De fato, nos meados do século XIX já se tornam evidentes os fatores e os efeitos estruturais de uma crise irreversível dessa ordem. Não obstante, ela revela nesse período o seu máximo de eficácia histórica e de flexibilidade. Ambos os efeitos se prendem ao pólo senhorial. Os estamentos senhoriais lograram plena integração de seus interesses econômicos, sociais e políticos numa escala horizontal e nacional, tornando-se o que se poderia descrever como um estamento em si e para si, com condições de monopolizar o poder político estatal e de comandar a política econômica interna. Isso não quer dizer que os estamentos intermediários estivessem anulados ou que não lutassem contra a "organização oligárquica" do poder e da liderança política da aristocracia agrária. Mas, que o Império, no Brasil, foi um regime escravista e que tinha os seus limites nos marcos da ordem social dominada pelos senhores de escravos. Em suma, a supressão dos liames coloniais com Portugal não implicou em desaparecimento do Império colonial. Este se internalizou e se estabilizou, alimentando-se a partir de dentro pelas funções econômicas, sociais e políticas do domínio senhorial, da economia de plantação e do modo de produção escravista. O liberalismo senhorial era um liberalismo que começava e terminava na "liberdade do senhor" — e cobria-se contra qualquer risco de uma revolução verdadeiramente nacional, que tirasse o Estado nacional do seu controle estamental. O que ocorreu, teve tão larga duração e deixou sequelas que vêm até hoje, permite corrigir a interpretação que cientistas políticos fazem da formação do Estado representativo nas "nações emergentes" de origem colonial. Não é verdadeiro, pelo menos no século XIX,

13. A descrição foi contida na primeira etapa da transição neocolonial. O leitor que tiver interesse por uma interpretação mais ampla, em função dos efeitos econômicos, sociais e políticos da Independência, deve recorrer a *A revolução burguesa no Brasil*, caps. 1 e 2.



que os estamentos dominantes e as suas elites usassem as instituições representativas para excluir o Povo da participação política e das estruturas de poder. Na verdade, o Povo, na situação brasileira, nunca teve tais regalias. O que era o Povo? Os estamentos dominantes e intermediários, como queriam os parlamentares e os publicistas conservadores do Império? Ou o conjunto da população brasileira, composta em sua quase totalidade de escravos ou de libertos e "homens livres" completamente desqualificados, mesmo para se qualificarem para a representação política? De modo que a adoção das instituições representativas não foi um passo para excluir o Povo do poder, mas um artifício para manter a concentração social do poder nas mãos dos estamentos sociais dominantes e intermediários. A constituição de uma *sociedade civil* ultra-seletiva permitia criar a base política de um sistema nacional de poder estável, no qual todas as funções do Estado e do Governo podiam transcorrer dentro dos "parâmetros da ordem".

Em consequência, as funções que a Coroa portuguesa por vezes refugiou na defesa dos interesses escravistas senhoriais, o Império brasileiro preencheu com a desenvoltura e a eficácia necessárias. Ao contrário do que afirmam alguns autores, que atribuem um caráter mitológico supra-racional à "política econômica", o Império teve uma *política econômica*, e esta gravitava em torno dos interesses da aristocracia agrária e do comércio de importação e de exportação, largamente ligado (embora não exclusivamente) a aqueles interesses. As medidas que aprofundavam a crise da produção escravista, vindas de fora (da pressão inglesa) ou de dentro (da pressão emancipacionista e abolicionista), encontravam nela forte oposição e só logravam êxito a duras penas (para com frequência serem adulteradas; ou para serem postas em prática nos limites do "consentimento senhorial"). A expansão do café ofereceu, assim, uma evidência ideal dessa "Idade de Ouro" da ordem escravocrata e senhorial<sup>14</sup>. Ela mostra até onde se poderia ir, dentro e através da economia de plantação, no fortalecimento da sociedade de castas e de estamentos. Contudo, é preciso não esquecer que, ao lado da política, havia outros fatores que explicam esse extremo de vitalidade e de flexibilidade, atingida por uma ordem social que estava condenada e poderia ter desaparecido com a Independência, se esta fosse, de fato, uma revolução nacional de cunho popular. O crescimento das economias urbanas e o mundo de negócios criados pelo café, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro, serviram de eixo a um engolfamento do senhor

14. O leitor poderá ter uma idéia clara do que era o estado da vida senhorial e da rede de articulações que prendiam o senhor ao circuito econômico geral em S. J. Stein, *Grandeza e decadência do café*.

em outras esferas da vida econômica. Em uma sociedade na qual o capital ou era importado ou estava concentrado nas mãos dos que realizavam a expropriação do trabalho escravo e participavam internamente do seu rateio social entre os estamentos privilegiados, o senhor era um dos principais candidatos a se converter em "homem de negócios" de estilo moderno. Isso começa a acontecer nos fins do século XVIII e ao largo de toda a fase de transição neocolonial. Mas o apogeu desse processo é alcançado com a fase de formação do capitalismo competitivo dependente. Os efeitos desse engolfamento direto ou indireto do senhor nas transações capitalistas nas grandes cidades, onde ocorria nossa peculiar revolução urbana<sup>15</sup>, em nada melhorava a condição e o destino do escravo. Os reflexos imediatos dessa conexão, na medida em que ela já é mais ou menos conhecida, indicam que os senhores se empenharam, de fato, em prolongar ao máximo a duração da escravidão, não só para ganhar tempo para poderem substituir o escravo pelo trabalhador livre<sup>16</sup>, mas, principalmente, para explorar da forma mais intensa possível e no prazo possível o trabalho do escravo. Em certas regiões, por sua vez, os senhores não tinham alternativa. Com o desaparecimento do modo de produção escravista, veriam-se condenados a perder qualquer viabilidade como agentes ativos da economia de plantação.

A crise da ordem social escravocrata e senhorial constitui um processo de extinção histórica prolongada de um sistema econômico, social e político. É um caso concreto que aparece, ao nível interpretativo, como uma demonstração típico-ideal de que as formações sociais não podem ir além e sobreviver à forma de produção correspondente. Muito do "antigo regime" iria existir além dessa crise, graças à articulação de estruturas arcaicas e modernas imperantes no padrão de desenvolvimento das economias capitalistas da periferia. Não obstante, o elemento que condicionou a crise e a levou ao colapso final foi a impossibilidade de renovar a força de trabalho escravo e de reproduzir o modo de produção escravista. Por isso, embora o escravo e o liberto não tivessem um palco histórico no qual pudessem atuar abertamente como agentes de uma "revolução contra a ordem", no substrato da história eles desempenharam essa função capital. Foi nos núcleos mais dinâmicos de expansão da economia de plantação<sup>17</sup> que esse efeito seria

15. Os marcos dessa revolução urbana aparecem caracterizados por R. M. Morse, *Formação histórica de São Paulo*. Sobre as conexões do processo com a expansão interna do capitalismo, cf. F. Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 3.

16. Cf. esp. R. Bastide e F. Fernandes, *Branços e negros de São Paulo*, p. 56 e segs.

17. Cf. E. Viotti da Costa, *Da senzala à colônia*.



sentido com maior rapidez e nele se apelou, de maneira mais organizada e intensa, à imigração e à substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. A pequena lavoura e a economia de plantação de áreas de menor vitalidade de crescimento poderiam enfrentar essa lenta agonia por mais tempo. Porém, tal solução esbarrava com os interesses econômicos dos fazendeiros de café do Oeste paulista, cujas figuras de proa ocupavam o centro do "mundo dos negócios" e vários tipos de papéis econômicos, que iam do comércio de exportação e de importação, às atividades bancárias, às especulações imobiliárias, com terras ou com os transportes, e aos empreendimentos industriais <sup>18</sup>. O elemento competitivo e a acumulação originária de capital em moldes capitalistas já haviam penetrado, aliás, de modo tão profundo a condição do senhor, que ele já era pura e simplesmente o "fazendeiro", uma "versão burguesa" do senhor colonial ou do barão do café de Minas Gerais e do Vale do Paraíba <sup>19</sup>. Ao abandonar a exploração do trabalho escravo e a espoliação do excedente econômico gerado pela produção escravista, o senhor, portanto, volta as costas para a sua antiga condição histórica, largando a si mesmos — em uma demonstração de "negra ingratidão", indignadamente apostrofada por Nabuco — a ordem escravocrata e senhorial e o Império. O que comporta uma reflexão melancólica. Enquanto os escravos "são postos no olho da rua", largados a si mesmos, "os ratos abandonam o navio". Mas levam consigo tudo o que tinham, pois aderindo à República os antigos senhores resolveram o "problema dos braços para a lavoura", bem como salvam o monopólio da terra e o poder oligárquico, impondo à revolução burguesa em ascensão os seus próprios ritmos históricos arcaicos e o padrão mandonista que iria minar e destruir a ordem republicana <sup>20</sup>.

Há, também, outro "lado moderno" mais humano nessa crise da ordem escravocrata e senhorial. Ele vem do conflito irredutível e irrefreável que se estabeleceu entre o trabalho livre e o trabalho escravo. A conciliação entre as duas formas de trabalho poderia ser feita nas fazendas, especialmente a custa de certos artifícios, que não podem ser relatados aqui (como deixar aos escravos as lavouras mais duras e os trabalhos mais penosos, usar o trabalho escravo nas "tarefas pioneiras" etc.). Porém, mesmo nas fazendas

18. Cf. F. Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 3; F. Fernandes, *A integração do negro na sociedade de classes*, p. 24 e segs.; W. Dean, *A industrialização de São Paulo*, caps. I-V.

19. F. Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 4.

20. Cf. esp. M. I. Pereira de Queiroz, *O mandonismo local na vida política brasileira*, e V. Nunes Leal, *Coronelismo, enxada e voto*. Sobre a conexão do antigo elemento mandonista com o padrão de dominação burguesa, cf. F. Fernandes, *A revolução burguesa no Brasil*, cap. 5.

os imigrantes se mostraram menos dóceis que os trabalhadores brancos ou mestiços nacionais. Criaram conflitos conhecidos e forçaram uma gradual eliminação do trabalho escravo, em um processo que não ia contra o agente humano do trabalho escravo, mas contra o modo escravista de produção. Este rebaixava o valor do trabalho, suscitava a persistência generalizada de padrões de dominação intoleráveis e tendia a impedir que as *relações de contrato*, tão essenciais para a existência do "trabalho livre" e para o aparecimento de um verdadeiro mercado de trabalho, se institucionalizassem nas zonas rurais nas quais a economia de plantação sob o trabalho livre tendia a crescer de maneira acelerada. Em poucas palavras, enquanto perdurasse, o modo de produção escravista convertia o "imigrante" e o "trabalhador livre" em geral em *substituto e equivalente* do "escravo". E isso tinha consequências mais nocivas e incontornáveis nas fazendas de café e nas pequenas cidades do interior. No entanto, é nas cidades grandes, cujo comércio prosperava segundo ritmos nunca vistos anteriormente e nas quais a diferenciação do sistema de produção levava a uma industrialização de tendências permanentes, com perspectivas de crescimento constante, que a oposição à escravidão era particularmente mais violenta. Não se tratava mais de algo como o que ocorria nos meados do século XIX, quando a "opinião pública esclarecida" mostrava sua indignação moral contra as brutalidades dos "maus senhores" ou dos "vícios" que a escravidão introduzia numa "sociedade civilizada". Tampouco se tratava das reflexões, que iriam se tornar tão absorventes a partir do início do último quartel desse século, sobre "como preparar o escravo para o trabalho livre". O fim da década de 70 e toda a década de 80 abrange uma época de agitação apaixonada contra a escravidão, na qual o movimento abolicionista se tornou intrinsecamente revolucionário e se fixaram os parâmetros de que capitalismo e escravidão não podiam coexistir. Membros ilustres de famílias aristocráticas, como Nabuco ou o célebre Dr. Antônio Bento, davam as mãos a todos os que pretendessem participar da desagregação do trabalho escravo. Este último, inclusive, indo mesmo mais longe que Patrocínio, levou a agitação para as senzalas, combatendo o poder senhorial dentro de seu próprio bastião. A mitologia da campanha abolicionista foi muito engrandecida depois da Abolição. Ainda assim, de modo direto ou indireto, dela participaram todos os setores sociais importantes, em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e outras, embora o testemunho insuspeito de Antônio Bento deixe bem claro: "A abolição foi feita pela pobreza, com o maior sacrifício que é possível imaginar-se" <sup>21</sup>. E, no ato final, também pelo escravo!

21. Cf. "Os abolicionistas" (*A redenção*, 29/8/1897).



Essa correlação entre desenvolvimento capitalista e extinção da escravidão, como diria Durkheim, é "normal". O modo de produção escravista serviu para construir as fortunas das aristocracias agrárias da Colônia e do Império. Em termos de formação e de expansão do capitalismo como uma realidade histórica interna, ele preencheu as funções de fator de acumulação originária de capital. Quando esse fator se tornou historicamente inoperante e, além disso, passou a ser substituído por formas de acumulação de capital especificamente capitalistas, foi definitivamente condenado ao desaparecimento. De um lado, ele contribuiu para o crescimento interno de um mercado capitalista e de formas de produção capitalista. De outro, ao se constituírem, estes acabaram eliminando, no plano histórico e no nível estrutural simultaneamente, o modo de produção escravista e, com ele, todas as suas superestruturas, da dominação senhorial na esfera do domínio patrimonial ao Estado monárquico. Portanto, a ordem escravocrata e senhorial foi destruída a partir de dentro, através de desenvolvimentos capitalistas direta ou indiretamente engendrados pela economia de plantação escravista; e foi, ao mesmo tempo, suplantada e substituída a partir de fora, pelos desenvolvimentos capitalistas que se irradiaram da economia urbano-comercial para a sua periferia agrária. Trata-se de um circuito histórico bem conhecido. Apenas, no Brasil, ele não se deu de maneira completa. Como o pólo senhorial do regime monárquico logrou converter-se no pólo oligárquico do regime republicano, graças a certas condições materiais e políticas que permitiram essa rotação histórica, ao desaparecer, o trabalho escravo deixou atrás de si várias formas de trabalho semilivre e de trabalho escravo disfarçado que continuam a existir até hoje, mesmo em economias de plantação tidas como "especificamente modernas".

#### Bibliografia fundamental

Esta bibliografia enumera, apenas, algumas obras de referência mais importantes quanto à orientação interpretativa do autor (em favor ou contra). Ao leitor que desejar uma bibliografia completa, além das obras mencionadas na nota 3, acima, lembramos os nossos trabalhos sobre os Tupi<sup>22</sup>, que apanham os séculos XVI e XVII, e outra bibliografia, que referenda a descrição da emergência do "Brasil Moderno"<sup>23</sup>.

22. Cf. *A organização social dos Tupinambá* (São Paulo. Difusão Européia do Livro, 2.<sup>a</sup> ed., 1963, cap. I e pp. 363-372); *A função social da guerra na sociedade Tupinambá* (São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1970, pp. 402-406); "Os Tupi e a reação à conquista" (F. Fernandes, *A investigação etnológica no Brasil* e outros ensaios, Petrópolis, Editora Vozes, 1975, cap. 1).

23. Cf. *A revolução burguesa no Brasil*, pp. 372-380 (no que concerne ao confronto com a América Latina) e pp. 380-413 (no que diz respeito à formação e desenvolvimento da "moderna sociedade brasileira").

Em duas questões nos vimos forçados a tomar uma posição polêmica, mas esclarecemos: fizemo-lo não por amor à controvérsia mas aos fatos. Primeiro, no que diz respeito à idéia de um pós-feudalismo europeu nas Américas (ou pelo menos, nas Américas ibéricas). Na verdade, essa orientação interpretativa não nasce com um suposto "marxismo ingênuo e mecanicista". Ela é velha e, na Sociologia, foi suscitada por Max Weber<sup>24</sup>, que não teve dúvidas em falar tanto de um "capitalismo colonial" (o que se poderia justificar empregando o conceito com certa elasticidade, em termos do circuito do capital mercantil na Colônia e, principalmente, na Europa), quanto em contrapor as colônias feudais (da Espanha e de Portugal) às colônias capitalistas (da Holanda e da Inglaterra) — o que é um contra-senso, em virtude da natureza das colônias de exploração e, ainda, da evolução da dominação colonial: é com a revolução industrial que a Inglaterra introduz a "indirect rule" nas relações econômicas com a sua periferia colonial ou de países dependentes. Se os Estados Unidos tiveram algumas peculiaridades marcantes, o que é universal é que ambos os países compartilharam do antigo sistema colonial, como fora construído pelos espanhóis e portugueses; se puderam criar uma versão "mais racional", isso se explica por sua posição hegemônica no mercado comercial e financeiro mundial, que lhes permitiu pôr em movimento uma política mercantilista mais avançada, realizadora e flexível. Segundo, no que se refere às infelizes conclusões que Tannenbaum extraiu da lei de *Las Siete Partidas*, as quais transcendem as categorias de pensamento e de ação inerentes ao catolicismo ibérico da época e, em particular, deixam de dar a devida importância às funções do direito romano na codificação das práticas legais ibéricas diante da escravidão. É provável que estava certo quando imputava às tradições culturais e às diferenças históricas uma influência construtiva na elaboração das versões concretas do antigo sistema colonial e da escravidão mercantil nas Américas (é, pelo menos, o que comprovam os resultados da investigação comparada de H. S. Klein). E está fora de dúvida que ele acertou ao sugerir que a escravidão contém a sua lógica intrínseca, a qual impõe as suas marcas na estrutura da sociedade, neutralizando tradições, práticas religiosas e os códigos legais em favor dos *mores* criados por ela própria<sup>25</sup>. Contudo, o menos que se pode dizer, a respeito das hipóteses que ele generalizou, é que outros autores, sem a mesma vinculação com ideais libertários e humanitários, aproveitaram muito depressa as suas conclusões para mistificar mais um retrato mítico das realidades vinculadas à escravidão nas Américas.

#### 1. Parte geral:

Bendix, R.: *Nation building and citizenship*. Studies of our changing social order, Garden City, N. Y., Anchor Books, 1969 (caps. 2-4).

Bloch, M.: *La société féodale*. Les classes et le gouvernement des hommes, Paris, Éditions Albin Michel, 1949 (Livro III).

Dobb, M.: *Studies in the development of capitalism*, London, Routledge & Kegan Paul, 1950.

Heckscher, E. F.: artigo "mercantilism" (*Encyclopaedia of social sciences*, New York, The Macmillan Co., 1942, vol. X, pp. 333-339).

Hobsbawm, E. J.: *Industry and empire*, Penguin Books, 1969.

24. Cf. *Historia económica general*, pp. 83 e 315, respectivamente. Não é preciso enfatizar que em seu estudo comparado do patrimonialismo e do feudalismo, Weber acentua com precisão as diferenças específicas entre ambos e é, até hoje, o único investigador que demonstrou ser o feudalismo um "caso limite" do patrimonialismo.

25. F. Tannenbaum, *Slave and citizen*, cf. esp. pp. 116-117.



Hobson, J. A.: *The evolution of modern capitalism*. A study of machine production, London, George Allen & Unwin Ltd., reimpressão de 1949 (cap. I).

Ianni, O.: *Ensaio sobre escravidão e capitalismo*, São Paulo, CEBRAP, ed. mimeo., 1975.

Luxemburgo, R.: *La acumulación del capital*, trad. de R. Fernández O., Mexico, Editorial Grijalbo, 1967 (esp. caps. XXV-XXVIII).

Mandel, E.: *Marxist economic theory*, trad. de B. Pearce, New York e Londres, Modern Reader, 2 vols., 1970 (esp. vol. 1, caps. 3-6).

Marx, K.: *El capital*, trad. de M. Pedroso, Mexico, Ediciones Fuente Cultural, s. d., 5 vols. (esp. vol. II, caps. 24 e 25; vol. IV, cap. 20; e vol. V, caps. 36 e 45); *Fondements de la critique de l'économie politique*, trad. de R. Dangeville, Paris, Editions Anthropos, 1968, 2 vols. (esp. vol. I, pp. 274, 376-380, 428-429, 435 e 451-481; e vol. II, pp. 56-58, 119, 166, 300-317, 406-422). Como uma seleção fundamental: E. Hobsbawm, org., *Formações econômicas pré-capitalistas*, trad. J. Maia, rev. de A. Addor, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

Sombart, W.: *Il borghese*. Contributo alla storia dello spirito dell'uomo economico moderno, trad. de H. Furst, Milão, Longanesi & Cia., 1950 (esp. Livro Primeiro, toda a primeira parte).

Sweezy, P. M.; Dobb, M.; Takashi, H. K.; Hilton, R.; e Hill, C.: *The transition from feudalism to capitalism*. A symposium, New York, Science & Society, 1954.

Weber, M.: *Economía y sociedad*. México, Fondo de Cultura Económica, 1944, 4 vols. (esp. vol. IV, Tipos de dominación, trad. de J. Ferrater Mora, e em particular caps. VII e VIII); *Historia económica general*, trad. de M. Sanchez Sarto, México, Fondo de Cultura Económica, 1942 (esp. caps. I e IV).

## 2. Seleção sobre as Américas:

Assadourian, C. S.; Cardoso, C. F. S.; Ciafardini, H.; Garavaglia, J. C.; Laclau, E.: *Modos de producción en América Latina*, Córdoba, Cuadernos Pasado y Presente, 2.<sup>a</sup> ed., 1974.

Bagú, S.: *Estructura social de la colonia*. Ensayo de historia comparada de América Latina, Buenos Aires, Librería "El Ateneo" Editorial, 1952.

Bastide, R.: *As américas negras*. As civilizações africanas no Novo Mundo, trad. de E. de Oliveira e Oliveira, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1974.

Fernandes, F.: "Patterns of external domination in Latin America", *The Latin American in residence lectures*. Toronto, University of Toronto, 1969-1970, cap. I (reproduzido em *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2.<sup>a</sup> ed., 1975, cap. 1).

Foner, L. e Genovese, E. D., orgs.: *Slavery in the New World*. A reader in comparative history, Englewood Cliffs, N. J., Prentice Hall, 1964.

Furtado, C.: *Formação econômica da América Latina*, Rio de Janeiro, LIA, Editora, 1970.

Genovese, E. D.: *The political economy of slavery*. Studies in the economy and society of the slave south, New York, Random House, 1965.

Harris, M.: *Patterns of races in Americas*, New York, Walker and Co., 1964 (esp. caps. 4-6).

Herskovits, M. J.: *The myth of the negro past*, New York and London, Harper & Brothers Publishers, 1941.

Hoetink, H.: *Caribbean race relations*. A study of two variants, trad. E. M. Hooykaas, New York, Oxford University Press, 1967.

Klein, H. S.: *Slavery in the Americas*. A comparative study of Virginia and Cuba, Chicago, Quadrangle Books, 1971.

Mellafe, R.: *La esclavitud en Hispano-América*, Buenos Aires, EUDEBA, 1964.

Moore Jr., B.: *Social origins of dictatorship and democracy*. Lord and peasant in the making of the modern world, Boston, Beacon Press, 5.<sup>a</sup> imp., 1970 (cap. III).

Morner, M.: *Race mixture in the history of Latin America*, Boston, Little, Brown and Co., 1967.

Sánchez-Albornoz, N.: *The population of Latin America*. A history, trad. W. A. R. Richardson, Berkeley, University of California Press, 1974.

Stein, S. J. e Stein, B. H.: *The colonial heritage in Latin America*. Essays on economic dependence in perspective, New York, Oxford University Press, 1970.

Sunkel, O. e Paz, P.: *Um ensaio de interpretação do desenvolvimento latino-americano*, trad. J. Maia, Rio de Janeiro e São Paulo, Forum e Difel, 1975 (caps. I e II).

Tannenbaum, F.: *Slave & citizen*. The negro in the Americas, New York, Random House, 1946.

Thompson, E. T.: "The plantation: The physical basis of traditional race relations", in E. T. Thompson, org., *Race relations and the race problem*. A definition and an analysis, Durham, North Carolina, Duke University Press, 1939.

Williams, E.: *Capitalism & slavery*. New York, Capricorn Books, 1966.

## 3. Seleção sobre o Brasil:

Alcântara Machado, J.: *Vida e morte do bandeirante*, nova edição, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1943.

Almeida, A. de: *Vida e morte do tropeiro*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1971.

Amaral Lapa, J. R.: *A Bahia e a carreira da Índia*, São Paulo, Companhia Editora Nacional 1968; *Economia colonial*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1973.

Andrade e Silva, J. B.: *Representação à Assembléia-Geral Constituinte e Legislativa do Brasil sobre a escravidão*, Paris, Tipografia de Firmin Didot, 1825.

Antonil, A. J.: *Cultura e opulência do Brasil*, Salvador, Livraria Progresso Editora, 1950.

Arruda, J. J. de A.: *O Brasil no comércio colonial (1796-1808)*. Contribuição ao estudo quantitativo da economia colonial, São Paulo, Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, U. S. P., 1972 (ed. mimeo.).

Azevedo, F. de: *Canaviais e engenhos na vida política do Brasil*. Ensaio sociológico sobre o elemento político na civilização do açúcar, Rio de Janeiro, Instituto do Açúcar e do Alcool, 1948.

Azeredo Coutinho, J. J. da: *Obras econômicas de... 1794-1804*, apresentação de S. Buarque de Holanda, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1966.

Azevedo Marques, M. E. de: *Apontamentos históricos, geográficos, estatísticos e noticiosos da Província de São Paulo seguidos da cronologia dos acontecimentos mais notáveis desde a fundação da Capitania de S. Vicente até o ano de 1876*, Rio de Janeiro, Tipografia Universal de Eduard & Henrique Laemmert, 2 vols., 1879.



Bastide, R.: *Les religions africaines au Brésil*. Vers une sociologie des interpenétrations des civilisations, Paris, Presses Universitaires de France, 1960 (toda a primeira parte).

Bastide, R. e Fernandes, F.: *Branco e negro em São Paulo*. Ensaio sociológico sobre aspectos da formação, manifestações e efeitos do preconceito de cor na sociedade paulistana, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 3.<sup>a</sup> ed., 1971 (ed. original, 1953, pela Revista Anhembi).

Beiguelman, P.: *Formação política do Brasil*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 2 vols. 1967.

Bethel, L.: *The abolition of brazilian slave trade*, Cambridge, at the University Press, 1970.

Besouchet, L.: *Mauá e seu tempo*, São Paulo, Editora Anchieta Ltda., 1942.

Boxer, G. R.: *A idade de ouro do Brasil* (Dores de crescimento de uma sociedade colonial) trad. N. de Lacerda, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1963; *Salvador de Sá e a luta pelo Brasil e Angola, 1602-1686*, trad. O. M. de Oliveira Pinto, São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo, 1973; *Race relations in the Portuguese colonial empire. 1415-1825*, Oxford, Clarendon Press, 1963.

Brandão, A. F.: *Diálogos das grandezas do Brasil*, edição corrigida e com notas de R. Garcia, intr. de J. Cortesão, Rio de Janeiro, Dois Mundos Editora, 1943.

Britto, L.: *Pontos de partida para a história econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Tipografia do Anuário do Brasil, 1923.

Buarque de Holanda, S.: *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ltda., 2.<sup>a</sup> ed., 1948; *Monções*, Rio de Janeiro, Casa do Estudante do Brasil, 1945; *Caminhos e fronteiras*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1957.

Buarque de Holanda, S., org.: *História geral da civilização brasileira*. A época colonial. O Brasil monárquico, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 7 vols., 1960-1972.

Cabral de Mello, E.: *Olinda restaurada*. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654, São Paulo, Editora Forense, e Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Calogeras, J. P.: *Formação histórica do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 4.<sup>a</sup> ed., 1945.

Canabrava, A. P.: *O desenvolvimento da cultura do algodão na Província de São Paulo (1861-1875)*, São Paulo, Indústria Gráfica Siqueira, 1951.

Cardoso, F. H.: *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*. O negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962.

Cardoso, F. H. e Ianni, O.: *Cor e mobilidade social em Florianópolis*. Aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1960 (cap. I).

Carvalho Franco, M. S.: *Homens livres na ordem escravocrata*, São Paulo, Instituto de Estudos Brasileiros, U. S. P., 1964.

Conrad, R.: "Nineteenth-century Brazilian slavery", in R. B. Toplin, org., *Slavery and race relations in Latin America*, Westport, Conn., Greenwood Press, 1974, cap. 5.

Costa Pinto, L. A. da: *Lutas de famílias no Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1949.

Couty, L.: *L'esclavage au Brésil*, Paris, Librairie de Guillaumin et Cie., Éditeurs, 1881; *Le Brésil en 1884*, Rio de Janeiro, Faro & Lino, Éditeurs, 1884.

Davatz, T.: *Memórias de um colono no Brasil (1850)*, trad., prefácio e notas de S. Buarque de Holanda, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1941.

Dean, W.: *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*, trad. O. M. Cajado, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971.

Degler, C. N.: *Neither black nor white*. Slavery and race relations in Brazil and United States, New York, The Macmillan Co., 1971.

Delfim Netto, A.: *O problema do café no Brasil*, São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas, U. S. P., 1954 (caps. 1 e 2).

Dénis, P.: *Le Brésil au XX.<sup>ème</sup> siècle*, Librairie Armand Colin, Paris, 7.<sup>a</sup> ed., 1928.

Dias, C. M. (org.): *História da colonização portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 3 vols., 1921-1924.

Dornas Filho, J.: *O ouro das Gerais e a civilização da Capitania*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1957.

Duarte, N.: *A ordem privada e a organização política nacional*. Contribuição à sociologia política brasileira, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.<sup>a</sup> ed., 1966.

Duque-Estrada, O.: *A abolição* (Esboço histórico), 1831-1888, pref. de Rui Barbosa, Rio de Janeiro, Liv. Ed. Leite Ribeiro & Maurillo, 1918.

Ellis Jr., A.: *O café e a Paulistania*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, U. S. P., 1951.

Ellis Jr., A. e Ellis, M.: *A economia paulista no século XVIII*. O ciclo do açúcar, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, U. S. P., 1950.

Faoro, R.: *Os donos do poder*. Formação do patronato político brasileiro, Porto Alegre, Editora da Universidade de São Paulo, 2.<sup>a</sup> ed. rev. e aum., 2 vols. 1975.

Fernandes, F.: *A integração do negro na sociedade de classes*, São Paulo, Editora Dominus e Editora da Universidade de São Paulo, 2.<sup>a</sup> ed., 2 vols., 1965 (esp. vol. 1 caps. 1 e 2); *O negro no mundo dos brancos*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1972 (caps. IV-VI); *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 3.<sup>a</sup> ed., 1975 (esp. cap. 2); *A revolução burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975 (caps. 1 a 6).

Fernandes, H. R.: *Política e segurança*. Força pública no Estado de São Paulo: fundamentos históricos, São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1974 (caps. I-VI).

Fonseca, L. A.: *A escravidão, o clero e o abolicionismo*, Bahia, Imprensa Econômica, 1887.

Freitas, D.: *Palmares*. A guerra dos escravos, Porto Alegre, Editora Movimento, 1973.

Freyre, G.: *Casa Grande & senzala*. Formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal, Rio de Janeiro, Schmidt Editor, 3.<sup>a</sup> ed., 1938; *Sobrados e mocambos*. Decadência do patriarcado rural no Brasil, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1936; *O mundo que o português criou*. Aspectos das relações sociais e de cultura do Brasil com Portugal e as colônias portuguesas, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1940; *Nordeste*. Aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do nordeste do Brasil, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 3.<sup>a</sup>



ed., 1961; *Ordem e progresso*. Processo de desintegração das sociedades patriarcal e semipatriarcal no Brasil sob o regime de trabalho livre: aspectos de um quase meio século de transição do trabalho escravo para o trabalho livre; e da Monarquia para a República, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 2 vols., 1959.

Furtado, C.: *Formação econômica do Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1959.

Gnaccarini, J. C. A.: *Formação da empresa e relações de trabalho no Brasil rural*, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, U.S.P., ed. mimeo., 1960.

Goulart, M.: *A escravidão africana no Brasil*. Das origens à extinção do tráfico, São Paulo, Livraria Martins Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1950.

Graham, R.: *Britain & the onset of modernization in Brazil. 1850-1914*, Cambridge, at the University Press, 1968; "Action and ideas in the abolitionist movement in Brazil", in M. Mörner, org., *Race and class in Latin America*, New York, Columbia University Press, 1970, cap. 3; "Brazilian slavery re-examined: A review article", *Journal of social history*, III-4, 1970, pp. 431-453; "Causes for the abolition of negro slavery: an interpretative essay", *The Hispanic American historical review*, XLVI-2, 1966, pp. 123-137.

Herrmann, L.: *Evolução da estrutura social de Guaratinguetá num período de trezentos anos*, São Paulo, edição da *Revista de administração*, U.S.P. (II-5) e 6), 1948.

Honório Rodrigues, J.: *Brasil e África: Outro horizonte*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira Editora, 2.<sup>a</sup> ed. rev. e aum., 2 vols., 1964.

Ianni, O.: *As metamorfoses do escravo*, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1962; *Raças e classes no Brasil*, Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2.<sup>a</sup> ed. rev. e aum., 1972 (primeira parte).

Klein, H. S.: "The colored freedmen in Brazilian society", *Journal of social history*, 3-1, 1969, pp. 30-52.

Leal, V. N.: *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil, Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.

Leite, S.: *História da Companhia de Jesus no Brasil* (esp. vol. I, Lisboa e Rio, Livraria Portugal e Civilização Brasileira, 1938; vol. II, idem, 1938; e vol. III, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943).

Lima, H. F.: *Formação industrial do Brasil*. Período colonial, Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961; *História político-econômica e industrial do Brasil*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970 (esp. primeira e segunda partes).

Lima, R. C.: *Pequena história territorial do Brasil*, Porto Alegre, Sulina, 2.<sup>a</sup> ed., 1954.

Lúcio de Azevedo, J.: *Épocas de Portugal econômico*. Esboços de história, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 2.<sup>a</sup> ed., 1947.

Luz, N. V.: *A luta pela industrialização do Brasil (1808-1930)*, pref. J. Cruz Costa, São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1961.

Madre de Deus, Frei G.: *Memória para a história da Capitania de S. Vicente hoje chamada de S. Paulo*, com um estudo de A. Taunay, São Paulo, Weiszflog Irmãos, 1920.

Malheiros, A. M. P.: *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico-jurídico-social, Rio de Janeiro, 3 vols., Tipografia Nacional, 1866.

Manchester, A. K.: *British preeminence in Brazil*. Its rise and decline. A study in European expansion, Chapel Hill, The University of North Caroline Press, 1939.

Marchant, A.: *Do escambo à escravidão*. As relações econômicas dos portugueses e índios na colonização do Brasil. 1500-1580, trad. C. Lacerda, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1943.

Maria dos Santos, J.: *Os republicanos paulistas e a abolição*, São Paulo, Livraria Martins Editora, 1942.

Martins, J. S.: *A imigração e a crise do Brasil agrário*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1973.

Mauro, F.: *Nova história e Novo Mundo*, trad. A. Guzik e G. Gerson, São Paulo, Editora Perspectiva, 3.<sup>a</sup> ed., 1973.

Mello e Souza, A. C.: a família brasileira (Ms.): publicado em versão condensada por T. Lynn Smith e A. Marchant, orgs., *Brazil: portrait of half a continent*, New York, The Dryden Press, 1951 (cap. 13); *Os parceiros do Rio Bonito*. Estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de subsistência, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 2.<sup>a</sup> ed., 1971 (esp. primeira parte, caps. 1-5).

Menezes, D.: *O outro Nordeste*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1937.

Moraes, E. de: *A campanha abolicionista (1879-1888)*, Rio de Janeiro, Livraria Editora Leite Ribeiro, 1924; *A escravidão africana no Brasil* (Das origens à extinção). São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1933.

Morse, R. M.: *Formação histórica de São Paulo*. De comunidade a metrópole, São Paulo; Difusão Européia do Livro, 2.<sup>a</sup> ed., 1970.

Mota, C. G.: *Atitudes de inovação no Brasil. 1789-1801*, Lisboa, Livros Horizonte, 1971; *Nordeste 1817*. Estruturas e argumentos, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972; org.: *1822: dimensões*, São Paulo, Editora Perspectiva, 1972.

Moura, C.: *Rebeliões da senzala*. Quilombos, insurreições, guerrilhas, São Paulo, Edições Zumbi, 1959.

Nabuco, J.: *Um estadista do Império*. Nabuco de Araújo: sua vida, suas opiniões, sua época, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2 vols., 1936; *O abolicionismo*, Londres, Tipografia Kingdon e Cia., 1883; *Minha formação*, São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1947.

Normano, J. F.: *Evolução econômica do Brasil*, trad. T. Quartim Barbosa, R. Peake Rodrigues e L. Brandão Teixeira, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.<sup>a</sup> ed., 1945.

Novais, F. A.: "O Brasil nos quadros do antigo sistema colonial", in C. G. Mota, pp. 53-71, Difusão Européia do Livro, 1968.

Oliveira Lima, M. de: *Dom João VI no Brasil. 1808-1821*, prefácio de O. Tarquínio de Souza, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 3 vols., 1945.

Oliveira Martins, J. P.: *O Brasil e as colônias portuguesas*, Lisboa, Livraria Bertrand, 2.<sup>a</sup> ed. emendada, 1881.

Oliveira Viana, F. J.: *Populações meridionais do Brasil*. História, organização, psicologia, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1.<sup>o</sup> vol. 5.<sup>a</sup> ed., 2.<sup>o</sup> vol. ed. póstuma, 1952; *Evolução do povo brasileiro*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 2.<sup>a</sup> ed., 1933; *Introdução à história social da economia pré-capitalista no Brasil*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, obra póstuma, 1958.

Omegna, N.: *A cidade colonial*, Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1961.

Paim G.: *Industrialização e economia natural*, Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1957.